

# Lugares, tempos e pessoas

## Povoamento rural romano no Alto Alentejo

### Volume I

**André Carneiro**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM  
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

**ESTRUTURAS EDITORIAIS**  
SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM  
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

ISSN: 2182-8814

**DIRETOR PRINCIPAL**  
MAIN EDITOR

Delfim Leão  
Universidade de Coimbra

**ASSISTENTES EDITORIAIS**  
EDITORIAL ASSISTANTS

Elisabete Cação, João Pedro Gomes, Nelson Ferreira  
Universidade de Coimbra

**COMISSÃO CIENTÍFICA**  
EDITORIAL BOARD

Amílcar Guerra  
Universidade de Lisboa

Ausenda Balbino  
Universidade de Évora

Carlos Fabião  
Universidade de Lisboa

Helena Catarino  
Universidade de Coimbra

João Pedro Bernardes  
Universidade do Algarve

Jorge de Oliveira  
Universidade de Évora

Leonor Rocha  
Universidade de Évora

TODOS OS VOLUMES DESTA SÉRIE SÃO SUBMETIDOS A ARBITRAGEM CIENTÍFICA INDEPENDENTE.

**Lugares, tempos e pessoas**

**Povoamento rural romano  
no Alto Alentejo**

**Volume I**

**André Carneiro**

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

SÉRIE HUMANITAS SUPPLEMENTUM  
ESTUDOS MONOGRÁFICOS

TÍTULO TITLE

LUGARES, TEMPOS E PESSOAS. POVOAMENTO RURAL ROMANO NO ALTO ALENTEJO. - VOLUME I  
PLACES, TIMES AND PEOPLE. RURAL SETTLEMENTS IN ALTO ALENTEJO IN ROMAN TIMES. - VOLUME I

AUTOR AUTHOR

André Carneiro

EDITORES PUBLISHERS

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press

[www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Contacto CONTACT

[imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)

Vendas online ONLINE SALES

<http://livrariadaimprensa.uc.pt>

Coordenação Editorial EDITORIAL COORDINATION

Imprensa da Universidade de Coimbra

Conceção Gráfica GRAPHICS

Rodolfo Lopes, Nelson Ferreira

Infografia INFOGRAPHICS

Mickael Silva

Impressão e Acabamento PRINTED BY

Simões & Linhares, Lda. Av. Fernando Namora, n.º 83  
Loja 4. 3000 Coimbra

ISSN

2182-8814

ISBN

978-989-26-0831-0

ISBN Digital

978-989-26-0832-7

DOI

<http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0832-7>

Depósito Legal LEGAL DEPOSIT

384892/14

Annablume Editora \* Comunicação

[www.annablume.com.br](http://www.annablume.com.br)

Contacto CONTACT

[@annablume.com.br](mailto:@annablume.com.br)

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
www.fct.pt  
POCI/2010

© Dezembro 2014

Annablume Editora \* São Paulo  
Imprensa da Universidade de Coimbra  
Classica Digitalia Universitatis Conimbrigenis  
<http://classica.digitalia.uc.pt>  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos  
da Universidade de Coimbra

# LUGARES, TEMPOS E PESSOAS. POVOAMENTO RURAL ROMANO NO ALTO ALENTEJO. - VOLUME I

## PLACES, TIMES AND PEOPLE. RURAL SETTLEMENTS IN ALTO ALENTEJO IN ROMAN TIMES. - VOLUME I

AUTOR AUTHOR

André Carneio

FILIAÇÃO AFFILIATION

Universidade de Évora

### RESUMO

O propósito do presente estudo centra-se na leitura do que terá sido a rede de povoamento rural em época romana na região do Alto Alentejo. Uma área territorial extensa e com uma paisagem muito diversa, o que permite tentar perceber como se alteram os padrões de organização de sítios, em função desse quadro natural, mas também das comunidades que já habitavam este território. Também o tempo escolhido é intencionalmente longo, pois na análise considera-se a evolução desde o estabelecimento da paisagem imperial até à data de 711, marco temporal que de alguma forma se assume como signficante para estabelecer a fronteira com o mundo antigo. Assim, com uma forte componente de trabalho de prospecção, procede-se a uma análise dos factores que motivaram a criação de uma paisagem onde, durante o Império e a Antiguidade Tardia, as mais diversas pessoas habitaram e modificaram o território que é hoje o Alto Alentejo.

### PALAVRAS-CHAVE

Povoamento romano; Villae; Alentejo; Agricultura romana.

### ABSTRACT

The aim of the present study is to offer a reading of what the distribution of the rural population of Alto Alentejo may have looked like in Roman times. Dealing with such an extensive territorial area and with such a diverse landscape has allowed us to better understand how the patterns of organisation of rural human settlements were influenced both by the natural environment as well as the pre-existing rural communities.

The period studied is intentionally long: our analysis begins with the formation of the imperial landscape and ends in 711, a milestone which is considered significant in establishing the boundary with the Ancient World. Drawing on substantial work of archaeological prospection, this study therefore proceeds to analyse the factors that motivated the creation of a landscape that was inhabited and modified throughout Empire and Late Antiquity by many diverse people.

### KEYWORDS

Roman settlement; Villae; Alentejo; Roman agriculture.

## AUTOR

André Carneiro nasceu em Lisboa em 1973. Entre 1999 e 2006 foi arqueólogo do Município de Fronteira, onde desenvolveu projectos de investigação sobre o povoamento antigo, quer no âmbito autárquico (*Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, publicado em 2005), quer na análise da ocupação do território em época romana (*Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*, de 2004). Docente do Departamento de História da Universidade de Évora desde 2006, completou o seu doutoramento em Arqueologia em 2011 com o trabalho que agora se apresenta, sobre as estruturas e redes de povoamento rural em época romana no território do Alto Alentejo. Dedicou ainda a sua investigação sobre o tema da rede viária no Alentejo em época romana (*Itinerários romanos do Alentejo - uma releitura de "as grandes vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio" de Mário Saa*, cinquenta anos depois, de 2008).

## AUTHOR

André Carneiro was born in Lisbon in 1973. Between 1999 and 2006 he worked as archaeologist in the municipality of Fronteira, where he conducted research programmes about the rural settlement, in the county territory (*Carta Arqueológica do Concelho de Fronteira*, published in 2005) and in the Roman rural settlement analysis (*Povoamento romano no actual concelho de Fronteira*, 2004). Teaching Classical Archaeology at the University of Évora History's Department, he fulfilled the PhD in Archaeology in 2011 with the present work, about the Roman rural sites and settlement architecture in Alto Alentejo, Portugal. He also dedicated his research to the Roman roads in Alentejo (*Itinerários romanos do Alentejo - uma releitura de "as grandes vias da Lusitânia - O itinerário de Antonino Pio" de Mário Saa*, cinquenta anos depois, de 2008).



# SUMÁRIO

Agradecimentos	11
1. A paisagem ou o quadro geográfico de referência	19
1.1. O Alto Alentejo, ou o espaço descrito pelos homens	25
1.2. O Alto Alentejo, ou o espaço habitado pelos homens	27
1.3. As delimitações administrativas	37
2. Critérios e metodologias de trabalho no quadro territorial de referência	43
2.1. Problemática geral	43
2.2. Critérios de reunião da informação	47
2.3. Critérios de prospecção e metodologia de campo	51
3. O tempo, ou o quadro cronológico de referência	59
3.1. O tempo da investigação: uma leitura geral	59
3.2. Ciclos da investigação regional	66
3.3. O tempo da História	72
3.3.1. A criação de uma <i>paisagem romana</i>	72
3.3.2. A vida da <i>paisagem romana</i> da <i>Lusitania</i>	80
4. Estruturas de povoamento em meio rural	85
4.1. A <i>Villa</i> enquanto padrão de povoamento	88
4.2. A <i>Villa</i> latina: referências literárias e evolução do conceito	91
4.3. Construções literárias do conceito: a <i>villa rustica...</i>	102
4.4. .... e a <i>villa pseudo-urbana</i>	106
4.5. As <i>villae</i> no Alto Alentejo	110
4.6. Propriedades e proprietários	122
4.7. <i>Vicus</i> e aldeias	125
4.8. Sítios de funções viárias	130
4.9. Casais agrícolas	131
4.10. Pequenos sítios	135
4.11. <i>Pagus</i>	136
5. Em síntese: o povoamento rural romano no Alto Alentejo	141
5.1. Implantação e distribuição das <i>villae</i>	144
5.2. A cartografia dos sítios: estruturação das redes de povoamento	152
6. A rede viária no Alto Alentejo	157
6.1. Considerações prévias	157
6.2. Aspectos genéricos dos traçados no Alto Alentejo	159
6.3. As três vias entre <i>Augusta Emerita</i> e <i>Olisipo</i>	165
6.3.1. Via XII	167
6.3.2. Via XIV	174
6.3.3. Via XV	182

7. Actividades económicas	195
7.1. Agricultura	196
7.2. Pedreiras e minas	209
7.2.1. As pedreiras e a exploração dos recursos geológicos	210
7.2.2. As minas	216
7.3. Os barreiros e a produção de cerâmica	221
8. Geografia sacra e identidades religiosas	223
9. A sociedade	231
9.1. A epigrafia: algumas reflexões prévias	231
9.2. Os novos habitantes	232
9.3. Os elementos indígenas	234
9.4. Libertos	236
9.5. Escravos	238
10. Evoluções entre 476 e 711: os debates historiográficos	241
10.1. Evoluções nos lugares de povoamento	245
10.2. Evoluções nas redes de povoamento	257
10.3. Evoluções na sociedade	262
10.4. A religiosidade: o cristianismo	268
11. O povoamento rural no Alto Alentejo: definindo leituras	275
Um olhar final	283
Fontes	285
Bibliografia	287
Mapas e figuras	329
Índice Toponímico	405

que, na linha dos momentos anteriores, o reforço das vertentes senhoriais é um eixo de força constante, o corolário reside na capacidade de desenvolvimento dos sistemas agro-pecuários. Em concreto, será durante este período que as *villae* se estendem à maior parte do território peninsular, deixando de ser uma realidade típica de zonas costeiras ou de áreas até aí mais romanizadas<sup>202</sup>. Por todo o território encontramos agora *villae*, e seguramente a área cultivada terá aumentado de forma exponencial, com o arroteamento de novos territórios. Este processo, contudo, não parece ter sido estável, dado o rearranjo dos *fundi* que a documentação arqueológica permitiu comprovar em algumas zonas<sup>203</sup>. Também nas zonas mineiras parecem existir dificuldades, como atestado para *Vipasca*<sup>204</sup>, ou por causas externas, ou no contexto de novas questiúnculas pela sucessão imperial em que a província se vê envolvida. Após esta convulsão o modelo estabiliza-se, a posse da terra torna-se mais sólida<sup>205</sup> para se afirmar a “personnalité de cette province”<sup>206</sup> e o “domínio do local”, pelo menos na viticultura<sup>207</sup>. Em consequência, a *villa* torna-se o centro de um domínio fundiário, ainda sem os fenómenos de monumentalização que se acentuam na centúria seguinte, caracterizando-se por ser um estabelecimento agrícola de grandes dimensões. O edifício de Torre de Palma que corresponde a esta fase parece corporizar de forma plena esta vocação, construído talvez por *Marcus Coellius Celsus*, o dedicante da ara a Marte. A «ruralização» da paisagem, que a historiografia aponta para períodos tardios, poderá não ter fundamento se pensarmos que uma das constantes da província – aliás exemplarmente demonstrada no Alto Alentejo – reside na debilidade dos sistemas urbanos. Desta forma, é natural pensarmos que as *villae* enquanto residências sedentárias, sedes de poder de um proprietário, seriam um fenómeno mais disseminado do que o habitualmente entendido, o que ajuda a explicar a expansão dos tecidos rurais organizados em torno das *villae* durante o século II e III. Este é também um período mal conhecido, com ondas de instabilidade provocadas por perturbações que afectaram o tráfego mediterrâneo mas também pela insatisfação de populações que manifestam o seu descontentamento, possivelmente por questões fiscais<sup>208</sup>.

---

202 Gorges, 1979: 39.

203 A melhor conhecida refere-se à envolvente de São Cucufate: Sillières & Mantas, 1990, trouxeram dados que identificaram o abandono de sítios como Boa Vista, Courela das Antas, Choupana e Apariça em torno a estes momentos. A integração em propriedades de maior dimensão tem sido apontada como o factor de abandono. Note-se que este pode ser o momento em que a villa de S. Cucufate sofre uma reconstrução.

204 IRCP 121; Domergue, 1987: 299-301.

205 Deixando de haver a frequência de mudanças de proprietários e propriedades que as escavações em torno de S. Cucufate documentaram (Sillières, 1994).

206 Gorges, 1979: 40.

207 Fabião, 1998b: 183-184.

208 Le Roux, 2010: 140-150.

Estes fenómenos são relevantes para percebermos o que se passa durante o conturbado século III<sup>209</sup>. Aparentemente os danos que a zona ocidental da Península sofre são mais esparsos do que o ocorrido, por exemplo, na Tarraconense, onde efectivamente ocorrem episódios de grande violência, embora mesmo assim de impacto diferencial entre a Catalunha e os territórios interiores do vale do Ebro<sup>210</sup>. A Península parece sobreviver sem grandes danos às crises políticas, pelo que a causa da recomposição da paisagem rural residirá em motivações internas, essencialmente por pressão fiscal e fenómenos de instabilidade financeira. Neste processo também será de considerar a concorrência vinda do Norte de África, dado o crescimento das exportações a partir dos centros produtores, com significativos reflexos visíveis no registo arqueológico da cerâmica fina e nos contentores anfóricos, embora a área regional resista bem, com uma grande vitalidade nos circuitos de abastecimento interiores que trazem a *terra sigillata* hispânica tardia<sup>211</sup>. Portanto, a paisagem altera-se, talvez não por factores externos, mas seguramente pelas dinâmicas internas das sociedades. Uma das decisivas transformações será efectuada pela progressiva concentração fundiária, de que as fontes nos dão conta<sup>212</sup>.

As dificuldades de percepção do que realmente se passa durante o século III e a sua passagem para o IV são também potenciadas pelo conhecido declínio do hábito epigráfico. Para esta área regional os escassos dados provêm dos marcos miliários, que de algum modo testemunham a inserção destes suportes “na documentação do culto imperial”<sup>213</sup>. Temos as inscrições miliárias dedicadas a Caracala<sup>214</sup>, Heliogábalo<sup>215</sup>, Maximino<sup>216</sup>, Probo<sup>217</sup>, Tácito<sup>218</sup> e Maximiano<sup>219</sup>. Esta profusão é deveras interessante e deve ser lida em vários planos. Mais do que testemunhar uma efectiva renovação viária<sup>220</sup>, que só em troços localizados

---

209 É interessante analisar o modo como a historiografia tem oscilado no juízo avaliador deste período, e nas percepções sobre o curso dos acontecimentos. Veja-se por exemplo os reparos de Alexandra Chavarría Arnau (2007: 90 e ss.) à visão catastrofista que Jean-Gérard Gorges apresentou para o momento em causa.

210 Ver, por exemplo, Gorges, 1979: 43-47 e fig. 7. Na zona do Ebro as perturbações são episódicas, o que não ocorre no litoral, onde, por exemplo, a queda de Tarraco em 262 constitui o episódio mais violento.

211 Carneiro & Sepúlveda, 2005.

212 Em meados do século III Cipriano dizia que “os ricos acrescentam domínios aos domínios, expulsam os pobres dos seus confins e as suas terras estendem-se sem medida e sem marcos” (citado em Bernardes, 2007: 66, nota 78).

213 IRCP p. 756.

214 IRCP nº 661 e 662.

215 IRCP nº 663.

216 IRCP nº 664.

217 IRCP nº 668.

218 IRCP nº 666a.

219 RP 6/95.

220 A hipótese da renovação dos troços viários, essenciais para manter com a vitalidade necessária os circuitos comerciais que previsivelmente estariam abalados pela instabilidade do

deverá ter ocorrido, documenta, por um lado, a utilização das inscrições em marcos miliários como elementos de propaganda imperial e da fidelidade das comunidades locais a quem exercia (mesmo que episodicamente) o poder imperial; mas deve ser vista também como “sintoma do interesse com que as populações do *conventus* seguiam a evolução do poder central, a que, sempre que necessário, manifestavam o seu apoio”<sup>221</sup>. Para um momento ligeiramente adiantado, já na tetrarquia, continuamos a deter testemunhos: o exemplar da Terrugem<sup>222</sup> e, sobretudo, o núcleo de Estremoz, muito homogéneo, o que (aqui sim) certamente documenta a renovação de um extenso troço viário<sup>223</sup>.

Se os traçados das vias sofrem remodelações, na arquitectura privada em meio rural o mesmo fenómeno terá ocorrido. Em certos casos, podemos falar de ampliações construtivas: Torre de Palma, por exemplo. Em outros, trata-se de uma verdadeira estrutura nova que agora é construída, sem que da anterior fique a pré-existência, como em Quinta das Longas (Elvas) com uma nova residência de planimetria inédita<sup>224</sup>. Na região vizinha da Extremadura espanhola este é também o tempo das grandes *villae*, com instalações sumptuosas que se estendem por hectares<sup>225</sup>. Portanto, e apesar da carência de dados cronológicos, é legítimo supor que a maioria dos grandes estabelecimentos que encontramos no Alto Alentejo reflectem a dimensão autárquica das estruturas fundiárias e a vitalidade da paisagem

---

século III, deve ser considerada como hipótese muito plausível pelo menos em certos troços, pois a via proveniente de Scallabis apresenta uma homogeneidade temporal nos miliários concentrada em finais do século III (entre 276 e 310, no máximo) e o conjunto da via XII está escalonado em dois períodos: entre 198 e 238 (no núcleo de Barbacena) e entre 317 e 350 (também considerando os períodos máximos compreendidos nas titulaturas). Ver quadro-resumo em Carneiro, 2002: 141-142, e também Alarcão, 2006.

221 IRCP p. 756.

222 IRCP nº 670, cuja datação precisa é mais problemática por não ter inscrita a enumeração dos títulos honoríficos de Diocleciano e Máximo (principado conjunto entre 286 e 305).

223 IRCP nº 673, 674, 675, datados do intervalo entre 317 e 320.

224 À época da redacção do seu trabalho, J.-G. Gorges (1979: 52) afirmava que “nous avons recensé, de manière sûre, plus de cent quarante établissements répartis à travers l'ensemble des Espagnes” que são refeitos ou construídos de raiz nos finais do século III e inícios do IV. Torna-se importante precisar uma outra afirmação do autor, quando afirma (p. 85) que existe uma continuidade na implantação das *villae* pois “il apparaît que la plupart des installations primitives (République et I<sup>er</sup> siècle ap. J.-C.) subsistent au moins jusqu'au milieu du III<sup>e</sup> siècle.” Na Quinta das Longas existe uma mesma implantação, mas na prática são dois sítios completamente diferentes, sem uma incorporação da pré-existência na nova estrutura planimétrica que agora se instala. Ou seja, os nexos de continuidade resumem-se unicamente à sobreposição topográfica. O mesmo se passa no paradigmático sítio de São Cucufate, onde se data de 360 a construção de um edifício de planta totalmente nova (Alarcão, Étienne & Mayet, 1990).

225 Ver o reportório de sítios em Fernandez Castro, 1982 e Aguilar Saenz & Guichard, 1993; sobre o processo arqueológico ver Fuentes Domínguez, 1995; Mateos Cruz, 1995; Mateos Cruz & Caballero Zoreda, 1995.

rural. Em resumo, é este efectivamente o “momento de máximo esplendor” na arquitectura rural dos campos hispânicos<sup>226</sup>.

Mas este é já um momento em que o tempo acelera, e converte a realidade imperial em outro universo. Um mundo distinto, com outros desafios.

---

226 Chavarria Arnau, 2007: 93: “El siglo IV constituye el período de máximo esplendor de la arquitectura residencial en la Hispania rural, desarrollo que afectó a gran parte de las provincias occidentales del Imperio. Este fenómeno es particularmente evidente en el interior de la Península: en el valle medio y alto del Ebro, en la zona de la Meseta (valles del Duero y Tajo) y también en la Lusitania, de modo muy significativo en los territorios de Augusta Emerita y de Pax Iulia. Los sectores residenciales de las *uillae* situadas en estas zonas son objeto de importantes reformas, destacando en todos ellos el cuidado prestado a los espacios dedicados a la representación pública del propietario como los peristilos, las habitaciones de recepción y los conjuntos termale.” É certo que este fenómeno não ocorre em todas as províncias da mesma forma, notando-se importantes variações regionais (que a autora frisa), mas na zona central da península, entre o Alentejo e os campos de Salamanca e da Meseta, o processo é bem notório. De notar que raras são as fundações *ex novo*, resultando a evolução, ou da ampliação de espaços existentes (como a estratigrafia horizontal de Torre de Palma indica) ou da reformulação, por vezes radical, do pré-existente, criando uma estratigrafia vertical como em Quinta das Longas. Note-se ainda que sítios existem, como La Olmeda (e Torre de Palma?), em que a reformulação tem dois momentos.

#### 4. ESTRUTURAS DE POVOAMENTO EM MEIO RURAL EM ÉPOCA ROMANA

A percepção da arquitectura de povoamento em meio rural na Antiguidade alterou-se totalmente nos últimos anos. A leitura que hoje detemos é muito mais apurada e complexa, esbatendo a simplista teoria de que a paisagem imperial se encontrava homogeneamente repartida por grandes *villae* distribuídas repetidamente pelo espaço até ao infinito. O panorama é actualmente polifacético, pela confluência de dois factores:

- uma análise polissémica e culturalista das fontes e documentos textuais, inscrevendo-os no quadro temporal e cultural em que foram escritas, procurando determinar os seus conteúdos substantivos de forma aprofundada e hermenêutica, em lugar de os ler de acordo com molduras pré-concebidas ou excessivamente à letra<sup>227</sup>;
- o intensificar da investigação, em particular a que decorreu centrada em estudos intensivos de território que aumentaram em muito o quadro de referência disponível<sup>228</sup>. Em lugar do achado fortuito ou

---

227 A par de uma leitura menos romanocêntrica, ou seja, uma análise hoje alicerçada no progressivo amadurecimento de uma disciplina que descola de uma visão assente na excessiva valorização do seu objecto de estudo para uma leitura mais atenta a formas menos canónicas e diversificadas de habitação. Quero com isto dizer que o estudo da paisagem romana durante longo tempo encarou a villa como símbolo máximo da realização latina, esquecendo outros tipos de sítios que também coexistiram no tempo e no terreno, incluindo os habitats indígenas até aí menosprezados pelo seu significado atávico e arcaizante. O entendimento actual da paisagem romana é complexo e descomprometido, reconhecendo a diversidade das presenças humanas.

228 Além das questões tratadas nos âmbitos das novas agendas de investigação, a emergência da arqueologia preventiva e da minimização de impactos no decurso de obras veio também permitir a identificação e intervenção em contextos até aí menos apetecíveis e/ou secundarizados, o que ajudou a transformar de modo radical a leitura das unidades de povoamento e dos seus espaços. O fenómeno foi radical em França, criando uma revolução epistemológica no modo como a paisagem romana era até aí entendida (van Ossel & Ouzoulias: 2000) mas em

da descoberta espectacular, que apenas permitia identificar as grandes unidades latifundiárias (quando não somente a *pars urbana*, em busca dos pavimentos musivos...), o palmilhar intensivo da paisagem, muitas vezes no âmbito de grandes obras públicas, da realização de inventários arqueológicos, ou das novas *agendas de investigação*, permitiu iniciar a identificação de pontos de povoamento mais pequenos (por vezes diminutos) ou de sítios distantes do padrão habitual, quer sob o ponto de vista das evidências de superfície, quer na implantação.

Desta forma temos vindo a observar como decorre um processo de transferência de uma análise monolítica e homogeneizante, que perdurou no paradigma da investigação durante longo tempo<sup>229</sup>, para um exame centrado na desestruturação, no reconhecimento da (co)existência de redes complexas e na heterogeneidade dos elementos materiais<sup>230</sup>. Esta desestruturação criou um problema. Se até tempos recentes a paisagem era reduzida ao «padrão-*villa*», hoje em dia as categorias conceptuais proliferam, em alguns casos desadequadas face às tradições construtivas e habitacionais das regiões em causa, bem como à própria língua portuguesa. Torna-se complexo definir as diferenças entre «quinta», «granja» ou «casal», ou entre «povoado», «aldeia» e «aglomerado». Da mesma forma, muitos prospectores estão hoje pouco capacitados para decifrar o que vêem, para converter a realidade material visível à superfície em linguagem arqueológica. Daí a proliferação de termos neutros e em rigor inúteis, como «habitat» cuja utilização para contextos de época romana é manifestamente... absurda<sup>231</sup>.

---

Portugal o caso mais paradigmático e precoce talvez seja o conjunto de intervenções realizada no âmbito da rede de transporte de gás (Bugalhão, 2004), que trouxe estudos de caso em Sardos (Monforte), Vinagreira e Pereiras (Élvás).

229 “Over the last twenty years, the study of the Roman villa has been transformed from an art historical exercise in mosaic stylistics and architectural form to a multi-disciplinary endeavor, embracing not only art and architectural history, but, as this volume attests, economics, social history, and even agricultural science.” (Bowes, 2006: 73). Portanto, a reconfiguração operou-se em duplo sentido: por um lado, a alteração de paradigma em torno do objecto-*villa*, que deixou de ser entendido unicamente enquanto “manifestação artística” ou “arquitectónica” para ser hoje complexo, reflectindo toda a carga de perspectivas sobre a vivência no campo que o Homem latino detinha. Mas simultaneamente a leitura da paisagem deixou de estar centrada na *villa* para se perceber toda a multiplicidade de formas de habitação em meio rural.

230 E na busca de novos critérios para a caracterização dos sítios arqueológicos e o seu encaixe nos termos utilizados. Nesse aspecto uma tentativa interessante foi feita por Maria da Conceição Lopes (2003: 228-234) que criou um conjunto de critérios de ordenamento de sítios passíveis de serem inter-relacionados de modo a criar uma rede tipológica hierarquizada de estabelecimentos com base nesses escalonamentos diferenciais (sirvo-me do léxico utilizado pela autora nos diversos sub-capítulos explicativos).

231 Partilho inteiramente da opinião de João Pedro Bernardes (2007: 18): “Procurámos evitar a utilização do termo “habitat” para designar qualquer assentamento. A palavra é claramente desadequada para identificar locais com um registo arqueológico ocupacional. [...] Em rigor designa todo o espaço de acção ou nicho ecológico que suporta um ser vivo e não apenas o seu abrigo. [...] quando se trata de realidades arqueológicas mais complexas, marcadas por uma clara



Mesmo assim, se analisarmos com atenção a terminologia e a construção conceptual que os autores clássicos fazem do mundo onde viveram, rapidamente descobrimos que estamos ainda distantes de uma leitura que reflecta o carácter polissémico e multi-abrangente que a terminologia tinha na época em que focamos a nossa atenção. No fundo, a paisagem romana era mais complexa no que toca à existência de distintas formas de habitar, panorama que tem sido comprovado arqueologicamente mas que, na realidade, um exame atento da literatura já deveria ter feito supor, se a historiografia não tivesse sido tão enformada pelo “*padrão-villa*”. Mesmo assim, e apesar de todo o caminho percorrido nas últimas décadas, não deve ser esquecido que existem numerosas fracturas entre a terminologia literária e a diversidade das realidades arqueológicas<sup>232</sup>, criando desfasamentos em dois momentos: na definição arquetípica dos conceitos; e no terreno, no momento de encaixar conceptualmente as evidências de superfície em categorias pré-definidas<sup>233</sup>.

Esta perspectiva já foi por mim tratada em alguns momentos<sup>234</sup> e relembro que as clivagens entre os *significantes* e os *significados* têm sido um problema recorrentemente insolúvel ou incómodo para a investigação, apesar de programas de pesquisa consolidados e rigorosos do ponto de vista metodológico<sup>235</sup>. Só que as incertezas iniciam-se a montante, nas categorias conceptuais dos autores da época, que deixam larga margem de dúvida quanto à significação material das realidades descritas.

---

hierarquização e organização do espaço e centradas em núcleos habitacionais bem estruturados é, claramente, de evitar. A palavra “habitat” é ainda etimologicamente desadequada. Vindo do latim *habitare* encerra uma carga semântica que se prende com um mundo vivo que, por definição, se opõe às comunidades fósseis que são as que o registo arqueológico nos dá a conhecer.”

232 Sobre a idealização do conceito “*villa*” foi recentemente realçado que não existe até ao momento qualquer sítio que corresponda à descrição feita por Catão do modelo da “*villa-esclavagista*” em que não é feita qualquer concessão ao conforto ou ao otium (Terrenato, 2001: 24-25). Ou seja, o modelo catoniano descreve uma conceptualização até agora não arqueologicamente identificada, o que diz muito sobre os postulados ideológicos dos autores, a sua vinculação ideológica, e os distintos propósitos dos proprietários no momento de materializar as suas residências.

233 Um caso interessante reside no complexo de Valdettores de Jarama, próximo de Madrid, onde um monumental edifício octogonal provido de peristilo foi recorrentemente integrado na categoria *villa*. Todavia, o local não apresenta qualquer sala de aparato, não possui ornamentos decorativos, não apresenta edifícios termas nem qualquer estrutura interpretável como *pars rustica* ou de laboração. Assim, deverá tratar-se de um *macellum rural* ou de um qualquer ponto de convergência de comunidades em momentos concretos, por motivos religiosos ou comerciais. O exemplo é dado em Arce, 2006: 12.

234 Carneiro, 2004: cap. 3; Carneiro, Poder & Território; Dependências agrícolas.

235 Muitos têm sido os projectos de análise territorial, a várias escalas, procurando definir os diversos níveis de pontos de povoamento que compunham as paisagens de época romana. Independentemente dos resultados e quadros fisiográficos em que decorrem, parece-me que duas conclusões são comuns: a diversidade de formas de habitar; e, de modo algo paradoxal, a homogeneidade intra-categórica, ou seja, uma relativa semelhança nas expressões materiais dos sítios que compõem as diversas categorias. Entre os títulos mais significativos registem-se Potter, 1979, Barker & Lloyd, 1991, Leveau, Sillières e Vallat, 1993, Mattingly, 1996 e 2000, Accardo, 2000, Fentress 2000b, quanto aos programas de investigação; ou Leveau, 2002 e Vallat, 2004 no âmbito das reflexões e leituras de conjunto.

## 4.1. A *villa* enquanto padrão de povoamento

Um dos feixes de potencial dúvida ou incerteza reside na diversidade intrínseca inerente à materialização do conceito-*villa*. Esta questão será discutida mais à frente, quer sob o ponto de vista conceptual, quer na sua manifestação arqueológica. Mas note-se, entre outros, um exemplo concreto, consensualmente adoptado pelos investigadores: do ponto de vista das evidências de superfície, um dos critérios geralmente utilizados para a definição do conceito reside na extensão da área de vestígios. Uma *villa* é balizada a partir do limite artificialmente estabelecido dos 10.000m<sup>2</sup> de área de dispersão de vestígios à superfície<sup>236</sup>. Mas escavações feitas em sítios arqueológicos evidenciaram a ausência de uma norma no que toca a este domínio, com sítios materialmente circunscritos a áreas distintas<sup>237</sup> e dificilmente enquadráveis em uma qualquer norma. Da mesma forma, a intensificação de programas de prospecção sistemáticos e o aumento do volume de dados permitiu contrastar a própria informação assim obtida com as recomendações indicadas nos textos clássicos, mostrando que as normas não eram canonicamente seguidas, originando então uma diversidade maleável nas formas de adaptação ao terreno<sup>238</sup>. Em resumo, estamos perante vários níveis de segmentação (ou de desfazamento) entre o conceito e a sua materialidade; ou entre o *significado* e o *significante*<sup>239</sup>.

---

236 Embora esta leitura tenha sofrido variações caminhando para uma progressiva flexibilidade. Jorge de Alarcão considerava em 1998: 95 que “um lugar com 5.000 a 25.000m<sup>2</sup> [corresponderá] a uma villa”. Esta aparente incerteza era fundada na convicção que múltiplos outros factores existiam, em especial os por vezes negligenciados factores pós-deposicionais, pois já o mesmo autor sublinhava em 1990: 423 que “Não nos parece todavia possível definir com segurança a área mínima de dispersão dos achados de uma villa; essa dispersão não depende apenas da natureza do edifício enterrado, mas de outros factores, designadamente a inclinação do terreno e os trabalhos de lavoura praticados: numa vertente ou num local de há muito agricultado, os materiais terão sido mais longamente arrastados”.

237 “La taille des bâtiments groupés est très souvent l’un des critères majeurs de la typologie. Pourtant, les surfaces couvertes sont très différentes: elles atteignent 60x40m à S. Giovanni dei Ruoti, 10x6m à Vittimose, 8x8m à San Nicola, 20x20m à Pareti [...] Sont-ils de la même nature que la villa de Patti Marina avec ses 100x60m, soit 6000m<sup>2</sup> [...]?” (Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 135). Escusado será fazer o contraponto destas pequenas villae (embora a contabilidade se limite a “superfícies cobertas”) com os exemplos máximos conhecidos, como Chiragan em Toulouse com os seus dezasseis hectares de diversas construções e um fundus estimado em mais de mil hectares. Ou ainda o caso de Montmaurin, outro sítio colossal na mesma região. Para as questões levantadas por estes sítios ver Balmelle, 2001.

238 Por exemplo, sobre a implantação das villae na paisagem gaulesa: “[...] il eut ressort à l’évidence que les sites considérés sont établis de façon assez homogène, en fonction des conditions géologiques *et non du relief*. En campagne berrichonne, toutes les formes de relief portent des villas, avec peut-être une concentration particulière sur les rebords des plateaux, aux limites des vallées, mais ce n’est pas là une règle générale. [...] Visiblement, les recommandations des Agronomes antiques relatives à l’implantation des villas n’ont pas toujours été suivies.” (Leday, 1980: 57).

239 Carneiro, 2004: 43.

Sabemos hoje que do ponto de vista numérico as *villae* não foram as unidades de povoamento mais significativas na ocupação do território<sup>240</sup>, mas foram-no enquanto fenómeno cultural específico na criação do modelo da *paisagem Imperial*: “The most distinctive feature of rural settlement in the north and western provinces of the Roman empire is the phenomenon of villas. No comparable number of large masonry buildings in the countryside had ever been achieved before the late republic and early empire; it would not be equalled again until the post-medieval period.”<sup>241</sup> A explosão de *villae* na paisagem representa um momento áureo no valor numérico da frequência de sítios na paisagem, mas apresenta duas consequências colaterais. Uma é o facto de – sabêmo-lo agora – a *villa* ser apenas o elemento mais visível de uma densa rede. A intensificação dos estudos de território não permitiu apenas identificar *villae*, mas inúmeras outras estruturas de habitação, isoladas (casais, pequenos sítios e outros *praedia*), dispersas ou agrupadas (*vici*, *pagi* e outras formas colectivas). Embora materialmente seja a *villa* que apresenta indicadores de monumentalidade, constitui apenas a face visível de uma rede de sítios que se espalhou pelo território de modo tão denso que só no pós-Revolução Industrial encontramos um paralelo equivalente<sup>242</sup>. Em termos absolutos o Império representou um parêntese pela positiva entre a Idade do Ferro e a Idade Média, com a criação de uma dinâmica excepcional (no sentido etimológico do termo, de excepção) assente em múltiplas unidades de povoamento plurifacetados que ocuparam o território, incluindo sazonais, outros hiper-especializados ou ainda alguns originados pelas dinâmicas do mercado. Não custa transpor este plano para as próprias *villae* pois, sabendo que várias poderiam ser detidas por um único *dominus*, percebemos que os padrões de investimento e de construção poderiam multiplicar-se, não em relação directa derivada de fenómenos de crescimento populacional, mas de capacidade de investimento gerada por um único indivíduo. Segundo ponto, e mais interessante para o plano de estudos em que nos encontramos, a *villa* é uma criação distintamente romana<sup>243</sup> –

---

240 Seriam as unidades da "base da pirâmide", como os pequenos sítios, os pontos mais numerosos. Ver o caso do concelho de Fronteira em Carneiro 2004 e 2005, onde são os mais representativos.

241 Greene, 1986: 88.

242 O que é diferente de densidade populacional: um mesmo proprietário podia deter várias propriedades.

243 Este facto é visível na existência de uma ligação directa entre a componente populacional itálica que se estabelece na Hispania nos alvares do Império e a cartografia das *villae* de primeira geração. “Il est donc normal que les villas prolifèrent dans tous les secteurs où la population d’origine italienne est considérable: côté catalane, côte levantine, et bien entendu Bétique [...]” (Gorges, 1979: 79) e, acrescente-se a zona envolvente de Pax Julia e de Augusta Emerita (para o Alto Alentejo os indicadores cronológicos são escassos). Portanto, a *villa* é a materialização de um arquétipo cultural estranho à região e que se implementa com a chegada de uma componente exterior, não havendo no fundo indígena fenómenos paralelizáveis.

### 6.3. As três vias entre *Augusta Emerita* e *Olisipo*

Ao contrário da perspectiva adoptada em trabalho anterior<sup>496</sup>, opto agora por apresentar os itinerários a partir do *caput viarum* de *Augusta Emerita*, enquanto capital provincial. A opção tem sido assumida de diferentes perspectivas consoante os investigadores olham a partir de Lisboa (portugueses) ou de Mérida (espanhóis), mas deve ser lida em função da realidade da época. Se não é explícita no *Itinerário de Antonino*, surge-nos em contrapartida comprovada pelo miliário com a milha LXV em Herdade de Alcobaça<sup>497</sup> que mostra como a contagem se iniciava na capital provincial (como, aliás, é lógico se pensarmos de acordo com a mentalidade romana), indicando ainda que esse ponto estava incluído no *conventus emeritensis*<sup>498</sup>. Os problemas de identificação do topónimo já foram devidamente discutidos<sup>499</sup>, e os trabalhos de campo entretanto realizados permitiram reforçar a passagem por Alcobaça. Portanto creio que é perfeitamente justificado que “Tendo em conta que as 114 milhas que o Itinerário indica entre *Olisipo* e *Ebora* são coerentes com a distância entre estes dois pontos, perfeitamente identificados, parece lógico admitir que o troço *Ad Atrum Flumen – Emeritam* deverá ser lido *a contrario*, ou seja, contando as milhas de *Augusta Emerita* em direcção a *Olisipo* ou, se se preferir, até ao limite do território emeritense.<sup>500</sup>”

Curiosamente os problemas relacionados com a passagem dos três itinerários só parecem adensar-se na aproximação à fronteira entre Portugal e Espanha, pois ao longo do vale do Guadiana os seus percursos são bem conhecidos<sup>501</sup>. O reconhecimento dos traçados já foi realizado com exaustivo pormenor, sendo notada a coincidência entre os limites administrativos actuais e a miliação antiga ou o traçado no terreno – situação, que como veremos, se verifica também para o território em análise. Olhando para o território actualmente espanhol, um outro comentário para a comprovação arqueológica de uma informação literária. Na verdade, Frontino deixa-nos a indicação que o rio *Anas* “*traverse la pertica de la colonie en son milieu et qu'à proximité de son cours, les terres (agri) ont*

---

496 Carneiro, 2008.

497 IRCP n.º 670

498 Alarcão, 1987, p. 77-78; Gorges & Rodríguez Martín, 1999, p. 261-262; em termos gerais, Rodríguez Martín & Gorges, 2006.

499 Maria José de Almeida (2000: 102) foi a primeira investigadora a considerar que o miliário seria proveniente do Monte de Alcobaça, no limite da freguesia de Vila Fernando com Terrugem, pois a indicação original de Leite de Vasconcellos (1914: 249) mencionava “na herdade de Alcobaça, freguesia de Terrugem, concelho de Elvas, perto da antiga estrada de Lisboa a Badajoz”, o que faria coincidir a via romana, grosso modo, com a E.N n.º 4. Em ocasião posterior a prospecção permitiu confirmar a presença de um dos troços viários mais bem conservados em todo o Alto Alentejo (Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011). Em Alarcão, 2006: 233 discute-se esta problemática.

500 Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

501 Ver Gorges & Rodríguez Martín, 1999a e em especial 2000 e 2005; de forma mais abreviada em Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

été assignées là où, d'un bout à l'autre, on a alors jugé que le sol était utile.”<sup>502</sup> Efectivamente os traçados viários seguem o rio, acompanhando-o pelas duas margens, funcionando o vale do Guadiana como um tríptico corredor de comunicação e assumindo um papel de eixo vertebrador do povoamento, ou o modo como a linha de água foi entendida como um factor de união congregadora do sistema de povoamento e circulação que se pretendeu implantar *ex novo*. Este conceito geo-estratégico<sup>503</sup> é notável pelo modo como entende a ligação atlântica da capital como fundamental logo desde o momento da fundação (trata-se da única capital provincial sem acesso directo ao mar), e tal torna-se simbolicamente evidente pela construção da magnífica ponte de *Augusta Emerita*, com a longuíssima extensão de mais de oitocentos metros orientada para oeste, no sentido da *finis terrae* atlântica<sup>504</sup>. Exprime também as dificuldades que a gestão do curso de água colocava aos primeiros colonizadores. De facto, o Guadiana não se caracterizava por ser apenas um rio de caudal irregular, com grandes cheias, mas sobretudo por “saltar de leite”, por alterar frequentemente o seu curso<sup>505</sup>. Desta forma, os agrimensores criaram um *corredor de segurança* que serviu à implementação das três vias, a XII pela margem esquerda, e as XIV e XV seguindo em conjunto pela margem direita.

A íntima relação de *Augusta Emerita* com o rio, o território e as ligações atlânticas, é visível também na orientação da colónia e na estruturação do espaço rural. A *pertica* emeritense foi alvo de um cuidado planeamento: “À *Emerita*, les *agrimensores* précisent que les terres proches du Guadiana ne furent pas assignées (*subseciva*) et qu’elles appartenaient à la communauté (*ad personam coloniae ipsius pertinere*) et que d’autres vastes espaces furent réservés à des affectations spéciales, à un bois public de 250ha consacré à la déesse Feronia, surtout à des pâturages et des bois communaux (*silvae et pascua publica Agustinorum*<sup>506</sup>); enfin, après trois déductions de colons, il restait encore des terres non assignées.”<sup>507</sup>. Quanto às

---

502 Le Roux, 1999: 265; comentários em Gorges & Rodríguez Martín, 2000: 135 ss e Ariño & Gurt, 1994: 49. Sobre a informação de Frontino ver também De Nardis, 1994: 10-76.

503 Rodríguez Martín, 1999.

504 Alvarez Martinez & Nogales Basarrate, 2004: 265-267. O modelo arquitectónico da ponte é, como referem os autores, itálico, mostrando o directo investimento do poder imperial na estrutura e no que representava do ponto de vista, digamos, ideotécnico. Sobre os paralelos com a ponte de Vila Formosa em Alter do Chão ver a pág. 271 com bibliografia.

505 O caso hoje mais evidente reside talvez na villa de Torre Águila, que no momento da construção estava a sul do rio, e hoje encontra-se na margem oposta. Infelizmente estas mudanças implicaram a destruição de parte das estruturas construídas. Para este sítio ver sobretudo Rodríguez Martín, 1988.

506 Passagem também realçada em Ariño & Gurt, 1994: 49.

507 Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 241; fontes em Frontinus, De controversiis, 9; Agennius Urbicus, 44,5 e 46; Hyginus, De limitibus 135, 15. Sobre esta fase ver o estudo integrador de Gorges & Rodríguez Martín, 2005. No registo arqueológico é interessante verificar que estes terrenos comunitários (*subseciva*) viriam a ser ocupados por luxuosas villae, provavelmente logo no momento posterior, resultante de reformulações dos domínios de solo. Um édito de Vespasiano vem procurar regulamentar a situação, sem grande sucesso (Le Roux, 1999). Note-se que Urbicus

vias, o seu traçado vai orientar-se por “a modo de limite, el espacio inundable del rio”<sup>508</sup>.

Com as vias a caminharem paralelamente em direcção ao território português, e com o seu traçado bem delimitado no espaço espanhol,<sup>509</sup> temos de procurar rastrear os pontos de entrada para o Alto Alentejo. Podemos considerar que aqui reside um dos grandes obstáculos à investigação: rastrear quais os lugares precisos por onde as três vias cruzavam a fronteira, uma demarcação administrativa que é na prática uma delimitação natural, pois temos dois grandes rios – o Guadiana e o Caia – que são, pela irregularidade dos seus caudais, de difícil atravessamento. A investigação arqueológica deparou-se muito tempo com esta dificuldade na definição dos pontos de passagem. Todavia, uma cuidada análise cartográfica e documental, conjugada com prospecções, permite assinalar três locais com vestígios arqueológicos relacionados com as vias romanas. Dois referem-se a pontes: os impressionantes alicerces de Enxara documentam de forma inequívoca uma monumental forma de atravessar o rio Xévora junto ao lugar de Ouguela, e mais a sul o traçado da via XII atravessaria o Caia em ponte junto da actual. Entre ambos, o atravessamento do Xévora far-se-ia em Ilhas, ainda hoje uma passagem a vau que marca o ponto mais ocidental da fronteira espanhola. Curiosamente ou talvez não, próximo de todos estes pontos encontram-se sítios romanos de grande porte, que funcionam como pontos de portagem, de controlo de passagem, destas ligações estratégicas. Na via XII temos Alfarófia, na via XV o sítio de Casarões, enquanto a norte, temos Pombinha. Mesmo assim, como em cada caso concreto se discutirá, existem outras hipóteses de passagem que deverão ser consideradas.

### 6.3.1. Via XII

Uma dessas hipóteses é levantada por Gorges e Rodríguez Martín<sup>510</sup> e diz respeito à passagem do Guadiana junto ao encaixe do rio Olivença, o que significaria puxar este itinerário mais para sul, próximo da antiga ponte da Senhora da Ajuda. Aí encontra-se um topónimo sugestivo – “Albalá” e “un tronçon du vieux chemin au nord du río Olivenza<sup>511</sup>», mas esta alternativa

---

(37,13) diz-nos que alguns destes lotes tinham proporções desmesuradas face ao costume, incluindo lotes de 400 jugera, ou seja, mais de 100 hectares (Le Roux, 1999). Este tamanho considerável das propriedades poderia ter como finalidade evitar “la désertion des campagnes habituelle à la plupart des colonies de vétérans” (Gorges, 1979: 100) e permitir a instalação de veteranos de duas legiões em simultâneo, o que não era habitual.

508 Rodríguez Martín, 2002: 19.

509 Gorges e Rodríguez Martín, 2000.

510 2000: 111. e nota 22.

511 Gorges e Rodríguez Martín, 2000: 111.



parece não ser a mais indicada por dois motivos: primeiro, porque desloca desnecessariamente para sul o itinerário, mas também porque a passagem para o lado português, e subsequente subida, não é propriamente fácil para a área de Santo Ildefonso. É um facto que existe um topónimo sugestivo, «Monte da Cascalheira», mas a origem do nome deve ser atribuída ao inúmeros seixos de rio nos terraços fluviais, muitos deles aliás, com talhe do Paleolítico. Todavia, não deve ser excluída liminarmente a hipótese de um caminho junto ao Posto da Guarda Fiscal da Venda, onde até ao século passado as rotas de contrabando passavam o Guadiana a vau na foz do rio Olivença.

A via XII tem sido designada como «Rota dos Mármore». Ligando a capital provincial ao oceano atlântico através de *Ebora*, alimentou as duas cidades com o recurso estratégico fundamental dos mármore do eixo Estremoz-Vila Viçosa, que encontramos nos edifícios públicos de ambas. Como tal, e devido às pesadas cargas que teve de suportar, temos de pensar que este eixo terá beneficiado de relevantes investimentos que criassem condições para um mais simples transporte destes bens, até porque não existia qualquer curso de água que pudesse suprir os incómodos do trânsito terrestre. Nesta linha de raciocínio, o primeiro exemplo estaria precisamente na linha da actual fronteira. Enquanto as estradas de alcatrão atravessam o rio Caia junto ao Posto da Guarda Fiscal, a norte do Monte das Caldeiras, a via XII entra um pouco a sul desta habitação, em ângulo directo. Ainda hoje no leito do rio se encontram silhares desta construção, mas a observação das margens foi impossibilitada por limpezas mecânicas. Todavia, em 1982 a situação era diferente, pois foram encontrados “do lado jusante, algumas aduelas de um arco e sinais de um outro [...] uma obra originariamente romana”<sup>512</sup>, além de uma árula então recolhida indicando uma necrópole junto ao traçado da via. Olhando mais atrás já Lerenó Antunes, correspondente de José Leite de Vasconcellos, informava sobre Alfarófia:

23-06-1926 (742)

*Para se fazer uma escolha conscienciosa acho prudente comunicar que os exemplares [refere-se a seixos do Paleolítico, citados em anteriores epístolas] são todos apanhados à superfície do terreno, onde também se tem encontrado alguns instrumentos neolíticos (infelizmente partidos) e que foi habitada pelos romanos, como se pode ver por umas ruínas e sucatas que os meus criados tem encontrado; além disso, sobre o antigo leito do Caia ha uma ponte inutilisada, de boa construção, muito antiga, onde deveriam ir dar caminhos. Assim o terreno deverá ter sido trilhado por carros desde muitos seculos [...]*<sup>513</sup>.

A sul encontra-se o sítio de Alfarófia, que mantém contacto visual com a passagem. É provável que também no monte de Caldeiras (que, segundo

---

512 Maciel & Maciel, 1985b, nota 1.

513 Epistolário de José Leite de Vasconcellos em depósito no MNA, carta do correspondente 152 (Antunes, Lerenó) de 23-06-1926 (742). Será esta a “estrada do mau caminho” referida em 14-05-1927 (744) como romana, sem no entanto a localizar?

Vitorino d'Almada, teve uma atalaia fortificada) existam vestígios romanos<sup>514</sup>, mas a agricultura intensiva e a criação de terraços artificiais para o cultivo de arroz têm tido um severo impacto. Será por esse motivo que já não se encontra a ponte “romana” cartografada em documento de 1990<sup>515</sup>, pois no local encontra-se uma vala de grandes dimensões aberta mecanicamente.

Em diante o caminho não seria difícil de seguir se as plantações de tomate, e tubagens de rega associadas, não tivessem invadido os terraços fluviais. Mesmo assim surge cartografada na Carta Militar como um caminho em linha recta que se dirige para a base da pequena elevação onde está o Monte de São Miguel. Aqui deixa a sul a *villa* de Nora Úveda, pois entre esta e S. Miguel encontrava-se a pequena Ponte Lagarto, que Maria José de Almeida ainda fotografou<sup>516</sup>. Seria este o caminho seguido pelo exercito português em 1730, pois “assentaram arraial na parte de cá do Guadiana, junto à Atalaia da Terrinha ou Atalaia do Guadiana ou, em 1560, como Torre d'Ubeda, que parecia ser do tempo de D. João 1º e que tinha 60 palmos de altura e 76 1/3 de circunfrência”<sup>517</sup>. Esta referência ao antigo caminho das “Mestas” ou “Mestras”, um porto do Guadiana em que Afonso da Gama Palha<sup>518</sup> menciona que passaram o porto das Mestras com algum trabalho e assentaram arraial junto à Atalaia da Terrinha. Portanto a utilização deste caminho era estratégico em tempos de lutas com Castela. Mas a partir de Nora Úveda torna-se difícil perceber o desenvolvimento no terreno. Em frente a Ponte Lagarto existe um vau de passagem da ribeira da Lã, em direcção a Padeira e Torre da Sé, e depois uma subida em declive suave passando junto à antiga forca. Creio, no entanto, que o traçado acompanhava o curso de água, por Gramicha. Isto porque a subida permitiria a passagem junto ao santuário a Proserpina em Fonte Branca, cuja identificação parece ter sido conseguida com segurança, na solitária estrutura que ainda se ergue no local<sup>519</sup>. A sua localização no terreno foi incerta por muito tempo, mas a pista decisiva parece ter sido conseguida a partir da estrutura ainda existente. Dado o carácter salvífico e celebratório das epígrafes é de supor que estivessem inseridas em estrutura cultural de grande visibilidade pública, com proximidade à via. Para mais corresponde a um corredor de passagem, aproveitando a pendente moderada entre a ribeira da Fonte Branca e as elevações suaves, pelo

---

514 Nesta zona foi encontrada uma árula funerária da necrópole que possivelmente corresponde ao espaço sepulcral de Alfarófia. Na notícia da identificação os autores referem a “ponte soterrada nos arrozais do Caia” em que parte da estrutura era ainda visível. (Maciel & Maciel, 1985b, nota 1).

515 Processo IPPAR nº 4.07.007, Ana Carvalho Dias, Informação de IPPC/SRAS de 27 Novembro 1990.

516 Almeida, 2000: nº 47, vista em 04. Setembro de 1998. Não a encontrei no terreno em três passagens pelo local, onde se abriram valas para o regadio intensivo. A ponte pode estar destruída ou aterrada.

517 Pires 1931: 72.

518 Citado em Pires, 1931, entrada Mestras: Relação dos Sucessos da Guerra da Liga, p. 33.

519 Ver Carneiro, 2009-2010.



que a passagem da via por este ponto não implica um desvio forçado ao itinerário. Assumindo portanto que o percurso até Fonte Branca é uma solução exequível e adequada à topografia da zona, uma incógnita levanta-se para o troço seguinte. Estamos agora próximo de Elvas, uma elevação ladeada por dois obstáculos: a norte o Forte da Graça, com a serra da Malefa nas costas e, do lado oposto, a elevação onde se encontra o Forte de Santa Luzia, menos imponente, é certo, mas um ponto que estrangula a passagem. Esta problemática está ligada, também, à existência de um aglomerado urbano sob a actual cidade de Elvas. Se houve um antecedente em época romana, será de considerar que o itinerário a serviria.

A antiga estrada militar orientava-se junto ao chafariz d'El-Rei e, no seguimento para oeste, por Calçadinha, um topónimo que preserva a memória viária, em direcção ao Monte do Menino d'Ouro, Casas Velhas e ao imponente povoado de Atalaia dos Sapateiros. Foi essa a proposta apresentada em 2005, onde para além da memória cartográfica<sup>520</sup>, juntávamos o facto de ser o melhor circuito para atravessar as elevações a norte de Vila Boim que são também uma passagem natural, pois separam as bacias hidrográficas dos grandes rios que emolduram esta área geográfica<sup>521</sup>. Na base da Atalaia desprender-se-ia um caminho de ligação à via XIV que seguia por Monte dos Pequeninos. Teríamos a passagem próximo de São Romão em direcção a Alcarapinha, percurso que marca a inflexão na curvatura para norte que a via XII vinha fazendo, passando agora a orientar-se para ocidente. Em Alcarapinha o P<sup>c</sup>. Silva Louro localizou um povoado, sepulturas e um miliário<sup>522</sup>, talvez a coluna na esquina do monte, mas que não tem legenda visível. A partir deste ponto o traçado torna-se mais fácil de identificar cartograficamente, embora no terreno a prática agrícola tenha conduzido a alterações na topografia. Trata-se de um caminho rectilíneo, na direcção sudoeste, que de Alcarapinha segue em direcção ao Monte de Alcobaça. Aqui os indicadores no terreno são numerosos – um extenso troço de via, uma mancha de materiais, notícias de necrópole no lado oposto – mas o elemento mais significativo já não se encontra no local: o célebre miliário com a milha LXV<sup>523</sup>. As questões mencionadas por Leite de Vasconcellos, em que “apareceu na Herdade de Alcobaça, freguesia da Terrugem, concelho de Elvas<sup>524</sup>”, já foram esclarecidas por Maria José de Almeida<sup>525</sup> e a atribuição a este local é perfeitamente justificável pela consulta do registo de propriedades,

---

520 Folha 25 da Carta Geral do Reino de 1872, escala 1: 100.000.

521 “Este traçado evita uma área de topografia mais acidentada a sul e coincide quase exactamente com a linha de festo que separa as bacias hidrográficas da Ribeira do Almuro (Sorraia) e Ribeiras de Asseca e Mures (Gadiana).” In: Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

522 Louro, 1964: 5-6.

523 IRCP nº 670.

524 Vasconcellos, 1914.

525 Quer em 2000: 163 e nº 34, e artigo conjunto em Almeida, Carneiro, Morgado & Rodríguez Martín, 2011.

que indica ser este o limite das freguesias de Terrugem e Vila Fernando. É daqui proveniente um outro miliário<sup>526</sup> encontrado no sítio de “Cabanas”, um micro-topónimo que já não é possível localizar no território da herdade<sup>527</sup>. É de lamentar que a inscrição do segundo marco esteja apagada, não deixando perceber a miliação, mas chama-se a atenção para o facto de que existe uma terminação dos limites administrativos de duas freguesias. Se a este facto juntarmos a circunstância de o Monte de Alcobaça ser um marco na paisagem, pois é facilmente avistável de qualquer ponto nas imediações, temos um lugar relevante na estruturação do território e na definição de limites de administração, facto que deve motivar um olhar atento para o sítio onde o P<sup>c</sup>. Louro refere uma coluna e um capitel e os “grossos tijolos do chão de uma casa sobre a qual hoje se semeia o trigo”<sup>528</sup>. O itinerário conservado em torno a Alcobaça é um dos mais bem preservados na zona, e a densidade de sítios dos dois lados do traçado é um indicador da sua importância como espinha dorsal. Na extensa planície entre Sapateiros e a Serra d’Aires a via romana constitui um elemento indelével da paisagem. O troço torna-se perfeitamente visível na calçada ascendente que dá acesso ao Monte de Alcobaça, onde separa a casa dos anexos agrícolas. Daqui para oeste, e durante quase dez quilómetros pode ser percorrido, ondulando suavemente, com uma estrutura em cascalho grosso, que aos poucos se vai desfazendo, e sem grandes elementos estruturais que a definam. Está quase sempre marginada por vedações, pois funciona como caminho público, de maior largura que os habituais. A densidade de sítios é grande: logo a norte de Alcobaça temos dois grandes pontos, Serrones e Aldinha. Junto deste último segue uma *via privata* extremamente bem conservada, que acompanha a ribeira do Tira Calças até ao Monte de Alcobaça. Se de Aldinha formos mais a norte temos Torre do Curvo, de onde é proveniente um outro miliário<sup>529</sup>. Este local está a cerca de três quilómetros de Alcobaça, e aqui localiza-se um outro sítio romano. Todavia, no território da herdade não existe qualquer troço de via ao qual o miliário seja atribuído, pelo que a visão de Jorge de Alarcão<sup>530</sup> de que estaria integrado na “via de *Abelterium* a *Augusta Emerita* por Elvas” levanta reticências. Como explicar esta ocorrência, com um miliário que, para mais, tem um formulário canónico e paralelizável com outros conhecidos no *conventus* (embora, e de novo, sem a menção miliária)? Talvez a resposta esteja nesse pequeno troço de caminho em direcção a Aldinha e, para norte, Torre do Curvo, que nesse caso não seria uma mera *via privata* mas um *diverticulum* de ligação à via XIV, no ponto dos *Lares Viales* em Monte das Esquilas, que nesse caso, e de acordo com Mário

---

526 IRCP n° 679.

527 Louro, 1948: 162.

528 1966.

529 IRCP n°664.

530 2006, em especial o anexo 249-250.

Saa, funcionaria como nó viário<sup>531</sup>. De facto, Torre do Curvo encontra-se no alinhamento para norte de Alcobça com Esquilas, tendo de permeano Herdade dos Vinagres, onde Saa viu restos de “poderosa calçada”<sup>532</sup>, e um troço que coincide com o limite administrativo de Monforte com Elvas.

Regressemos à via XII. A sensivelmente quilómetro e meio de Alcobça temos outro caminho norte/sul, tendo nesta direcção, e na mesma distância (ou seja, o equivalente a uma milha) a *villa* de Farisoa. O caminho prossegue, fazendo a extrema dos concelhos de Elvas com Monforte e, pouco depois, um *trifinium* que também inclui Estremoz. É chegado a este ponto, a sul da elevação conhecida como Serra de Aires (e do geodésico de Presa,) que a via novamente deixa de ser percorrida, destruída que foi por uma agressiva agricultura com recurso a *pivots* de rega. Mas volta a ser encontrada junto ao cemitério de Orada<sup>533</sup>, caminhando em direcção à vila, à entrada da qual encontra-se sinalizada por azulejos com a “Estrada Romana”. Em seguida, no entanto, novas dúvidas se levantam.

Em 2008<sup>534</sup> foi proposto que o itinerário fosse, a partir deste ponto, coincidente com a actual E.N. nº 4, o que obrigaria a uma nova inflexão para sul, até mais pronunciada do que as anteriores. Todavia, alguns indicadores sugerem que o caminho romano segue um pouco mais a norte, o que lhe permitiria manter a direcção Oes/sudoeste que traz desde a Atalaia dos Sapateiros. Era este o percurso da antiga estrada a Lisboa, que Leite de Vasconcellos menciona<sup>535</sup> e Mário Saa também refere: “Os antigos não iam de Estremoz a Elvas por este traçado. Faziam-no mais por Norte, dirigidos a Alcaraviça, que hoje se chama Orada [equívoco do autor, pois são dois locais distintos], do seu orago. De Alcaraviça ia à atalaia da Fonte dos Sapateiros (ponto alto do planalto estremocense), mais conhecida por Atalaião. Daqui, pela Calçadinha, entrava em Elvas.”<sup>536</sup> Esta proposta é pertinente, comprovada pela toponímia (“monte dos Carris”, várias designações de Venda” e “Estalagem”) e pelo facto de se encontrarem antigas “estalagens” de acolhimento aos viajantes<sup>537</sup>. O caminho seguia sensivelmente pela actual estrada municipal entre Orada e Estremoz (embora em terrenos nem sempre planos e rectos) por São Domingos de Ana

---

531 “Uma cruz de caminhos” no dizer do autor (Saa, Tomo I: 292).

532 Tomo I: 263. No terreno não foi localizada na visita ali feita.

533 Note-se que de acordo com as Memórias Paroquiais de 1758 referentes a Nossa Senhora da Orada aqui existiam “tres estalages, que ficam na estrada real de Estremoz para Elvas.” Teria também uma “ponte de pedraria” na mesma estrada.

534 Carneiro, 2008: 56.

535 Leite de Vasconcellos, 1914.

536 Saa, Tomo I: 130.

537 António Henriques da Silveira menciona dois pontos de referência na estrada militar: “Sahio o nosso Exercito de Estremoz [...] e no primeiro dia se alojou na Ribeira de Alcaraviça, e no segundo, junto da Atalaya dos Sapateiros, e no terseiro junto de Elvas [...]” (Fonseca, 2003: 258). Todavia, a menção à “ribeira de Alcaraviça”, e não à localidade em si, não permite perceber o exacto ponto de pernoita.

Loura e Estalagem da Raposa. Próximo de Mamporcão reunia à actual E.N. nº 4 em Monte de Santo António, atravessando a serra dos Caldeireiros junto à Atalaia das Casas Novas. Temos portanto que entre Orada e Estremoz – dois lugares onde existem indubitáveis testemunhos viários – é difícil seguir o caminho, sendo que a dispersão de sítios também não ajuda, pois não é evidente um alinhamento de pontos como entre Vila Fernando e Orada, com uma sequência de *villae* marginando o traçado. As alterações da paisagem e um relevo mais pronunciado conduzem a estas dificuldades de rastrear o itinerário. Ora esta situação acaba por ser lesiva para o entendimento geo-estratégico, pois é precisamente nesta área que se situa o anticlinal de Estremoz e o *pagus marmorarius* que motiva, no fundo, a designação de “Rota dos Mármore” que tem baptizado a via XII. Não deixa portanto de ser irónico que seja no espaço mais decisivo que as evidências do trajecto se percam de forma mais dramática. Resta perceber a localização original do miliário atribuído a Vila Viçosa<sup>538</sup>, cuja determinação do correcto ponto de achamento poderia ser vital para se entender o exacto ponto de passagem da via.

Voltemos ao percurso. A passagem da via a sul de Estremoz está comprovada pela existência de um miliário. A referência do achado tem sido ignorada: “No anno de 1784 andando hum lavrador, lavrando hum campo junto da Horta do Agaixa, descobriu huma pedra marmore finissimo de ... palmos de Comprimento; e hum de Largura;”<sup>539</sup> ora, a Horta, hoje grafada “do Agacha”, fica a sul de Senhora dos Mártires, em zona plana e por onde a transitabilidade é facilitada. Também outros indicadores são importantes: a dedicatória a Cíbele de *Iulius Maximianus*<sup>540</sup>, que faria parte de uma estrutura junto à via (dado o seu cariz laudatório e ervegético, mas também ostentatório, para contemplação pública), e ainda o provável *vicus marmorarius* em Senhora dos Mártires, associado à estrutura industrial de contenção de água do Tanque dos Mouros. Mas a partir deste ponto regressam as dúvidas. É possível que seguisse por Fonte do Imperador em direcção à zona das Aldeias e de Castelo/Castelinhos, onde apesar dos sugestivos topónimos, não se conhecem indicadores arqueológicos. A partir da Represa (outra denominação sugestiva, mas também sem achados de terreno) toma-se uma linha de terra a cota mais elevada que permite manter uma recta constante, durante quatro ou cinco quilómetros, até ao ponto do Pego do Sino.

A travessia da ribeira de Tera apresenta poucos pontos de passagem propícios, pois trata-se de um curso de água caudaloso e, sobretudo, de volume

---

538 IRCP, nº 676; Alarcão, 2006: 251.

539 Fonseca, 2003: 150. Na imagem ilustrativa lê-se: DD. NN. CONSTANT. / SALVIS. AFANTIO THORIBO. Surge em Crespo, 1950: 5, com leitura errónea: “D.D.N.N. Constant Salvis Afrantio Thoribio / ...É 185...”. É o miliário publicado em IRCP nº 675, com leitura entretanto rectificadada: D(ominis) N(ostri) CONSTANT[INO] / [VALERIO LICINIANO NOBIL(issimis)] CAESAR(ibus).

540 IRCP nº 440.

evidente em Rutilio, *De reditu suo*, que relata o périplo do autor com o intuito de visitar as suas propriedades na Gália. Apesar de algumas destruições, em especial nas cidades, e de uma generalizada instabilidade e insegurança para quem se deslocava nas estradas, a visão da vida nas *villae* visitadas continua a ser a de uma notável tranquilidade, com serões poéticos, contemplações da bucólica paisagem, banquetes e cerimoniais requintados.

Todavia, os sinais de mudança encontram-se presentes. O mais interessante, e revelador do modo como os hábitos evoluem, reside nas descrições deixadas por Sidónio Apolinário das visitas às *villae* de Domício<sup>854</sup>, Cosencio<sup>855</sup> e Poncio Leontino<sup>856</sup>, testemunhando-nos o estado de abandono do edifício termal<sup>857</sup>, pelo que teve de se banhar no curso de água próximo. Mais paradigmática é a impressão causada pelo encontro com Máximo, antigo responsável da administração provincial que se retirara para a sua *villa*, um edifício sem especial interesse decorativo ou arquitectónico, onde se alimentava de modo frugal, usava uma longa túnica e deixara crescer a barba, vivendo de modo monástico<sup>858</sup>. Este exemplo reflecte a paulatina passagem do ambiente áulico de *luxuria privata*, para a introspecção e uma vivência despojada e humilde. Sublinhar este aspecto é importante, pois estamos perante uma alteração no paradigma de vivência quotidiana, que prossegue nos mesmos ambientes arquitectónicos, embora as explicações historiográficas tradicionais tendam a ver neste despojamento a “perda das técnicas”, os “retrocessos tecnológicos” ou, em casos em que prevalece a leitura étnica, a substituição do fundo indígena por populações “bárbaras”<sup>859</sup>. Observamos a afirmação de novos valores culturais, ou seja, onde em tempos anteriores reinava a ostentação, agora temos a austeridade. O despojamento quotidiano torna-se a regra, fenómeno sentido na vida de Sidónio Apolinário (século V) e acentuado nos séculos seguintes. Afinal, como Chris Wickham<sup>860</sup> afirma, “Sin embargo, en todo el antiguo imperio romano se observa, de manera uniforme, el desvanecimiento del principal elemento que había determinado el estilo de vida aristocrático durante el período imperial: la existencia de una cultura literaria civil y erudita”,

---

854 Ep. II, 9. Curiosamente, a dado passo Sidónio utiliza um termo, *basílica*, para nomear o edifício termal.

855 Ep. VIII, 4.

856 Esta propriedade é muito interessante, pois é explicitamente referido o aspecto fortificado da mesma. Todavia, Sidonio informa-nos de que se encontrava na posse da família de Poncio há duas gerações (Carm. XXII, 117-19; 142-4), pelo que o projecto arquitectónico é anterior. No topo de um dos torreões (*turrís*) estava uma sala de jantar (*cenatio*) panorâmica. Para uma análise comparada dos diversos ambientes ver Stephenson, 2006: 184-188.

857 *Balneas habebat in opere uterque hospes, in usu neuter*: Epistola II, 9, 8.

858 Epistola, IV, 24, 3-4.

859 Raros são os contextos arqueologicamente demonstrados de destruições causadas por “povos bárbaros”, e note-se que também não era do seu interesse levar a cabo destruições que não beneficiariam os próprios em processo de instalação.

860 2009: 376.

substituída pelo militarismo e pela cultura cristã. Estes paradigmas mostram-se na figura de Máximo: um *dominus* apresenta-se publicamente de forma completamente distinta do que o faria um congénere no auge do Império. Escolhe um visual humilde, mas há quem opte por uma aparência militarizada ou quem, pelo contrário, assuma o gosto por jóias e adornos inspirados nos modelos da aristocracia visigoda ou do poder bizantino. Neste aspecto, as necrópoles visigodas do centro da Península – um contexto particular, é certo, pela proximidade da corte em Toledo – mostram-nos como os elementos de adorno eram exibidos, na vida como na morte<sup>861</sup>.

Um fenómeno ocorre, porém, de forma desigual nas províncias, mas em ritmo sistemático: o abandono das *villae* ou, pelo menos, a transformação de alguns dos seus espaços. Este movimento está documentado do ponto de vista arqueológico, mas encontra também ressonâncias literárias. Higinio conta-nos que vários *possessores* foram adquirindo propriedades, das quais conservavam algumas, mas deixavam outras ao abandono definitivo<sup>862</sup>. Portanto as *villae* alteram-se, prolongando um mecanismo de mudança que podemos filiar no século III, aquando dos primeiros fenómenos de expansão do edificado e de monumentalização dos ambientes áulicos. Enquanto nesse momento víamos a diluição do prestígio civil do Império e da carreira pública, com a “privatização” das esferas de poder, vemos no século V e VI a concretização: o mundo romano desagregou-se definitivamente, novos actores emergiram, e o poder cristão tomou o lugar das magistraturas civis. Como tal, os locais de “representação” das cenas da vida pública transformam-se também. Em alguns casos pela imponência e majestosidade, em outros pelo despojamento. Uma das grandes transformações no mundo rural tardio radica nesta evolução das *villae* que, em última instância, irá implicar a sua radical transformação, ou o seu desaparecimento. As mudanças documentadas nos sectores residenciais, ou seja, na *pars urbana*, processam-se em várias direcções. A sua definição foi feita por Alexandra Chavarría Arnau<sup>863</sup>, que diagnosticou as principais tendências na *Hispania*. Vejamos as principais, tentando olhar igualmente para o Alto Alentejo.

a) a mais frequente no mundo mediterrânico, embora escassamente documentada na *Lusitania*, consiste na *reconversão dos espaços nobres em zonas de actividade económica*. Estas são de âmbito variado: como lagar, como área de

---

861 Em resumo, considero muito interessante a inversão da perspectiva tradicional feita por Gian-Pietro Brogiolo e Alexandra Chavarría Arnau (2008: 202): “Teniendo en cuenta la frecuencia con que estos elementos aparecen, tal vez haya que plantearse la posibilidad no sólo de la profunda romanización de las poblaciones bárbaras, sino también el fenómeno contrario: la población romana fue absorbiendo progresivamente nuevas formas de vida y signos de identidad traídos por inmigrantes e invasores.” Para além da chegada de novas comunidades e de um novo poder, há então que considerar as influências cristãs e a emulação da elite de poder oriental. Distintas influências, uma complexa encruzilhada cultural.

862 Citado por Chavarría Arnau, 2006: 32.

863 2007; ver também 2004c: 76 ss. As linhas mestras foram traçadas por Ripoll & Arce, 2001.



armazenamento usando *dolia* ou silos, ou são instalados fornos de produção cerâmica. Nestas diversas situações as amplas divisões são compartimentadas em espaços mais pequenos, com alterações que inclusivamente destroem os pavimentos de mosaico. Na área de referência ainda não foram diagnosticadas, com segurança, estas realidades, embora existam indícios fortes em Herdade das Argamassas (Campo Maior). Temos contudo os benefícios nas instalações em Torre de Palma, conduzindo à ampliação e reforço produtivo, que levam a pensar que ocorreu um fenómeno de concentração fundiária. É provável que as *villae* começassem a anexar propriedades vizinhas, com residências abandonadas ou reconvertidas para outras funções<sup>864</sup>. Há a reconfiguração da paisagem rural, com sítios abandonados em detrimento de outros que incrementam a base de rendimento.

b) fenómeno semelhante reside na *compartimentação de espaços áulicos*, geralmente com materiais percíveis, que mereceu a designação de “squatterização”, por se pensar que são comunidades semi-nómadas que pontualmente se instalam nestes espaços. Este processo, de resto, está mal documentado arqueologicamente (quais as motivações? qual a época?) e tem sido vinculado às deslocações de povos bárbaros, sem provas materiais convincentes<sup>865</sup>. Eventualmente temos uma situação deste género em Igreja de São Pedro (ISP), onde na face exterior da igreja um grande compartimento, construído com alvenaria cuidada, foi cortado sensivelmente a meio por um muro de pedra disposta de forma caótica, encerrando uma área repleta de cinzas. Também em Santa Vitória do Ameixial (Estremoz) se documentam camadas de cinza e fenómenos de recolção na dieta alimentar. Mas este é um fenómeno difícil de diagnosticar em escavações antigas, porque o registo arqueológico é feito de materiais percíveis e de estruturas negativas, e não havia, em termos gerais, atenção a este tipo de evidências. Em alguns casos, contudo, marcas mais duráveis ficaram: serão os remendos em *opus signinum* no pavimento de mosaicos do peristilo de Torre de Palma um sinal destas presenças, situação que também se verifica em Argamassas<sup>866</sup>? Ou as estruturas lajeadas com tijoleiras que rebentaram o pavimento da *natatio* em Quinta das Longas? Como lembra Ken Dark<sup>867</sup>, não é de esperar que os proprietários

---

864 Chavarría Arnau, 2004c; 2007.

865 Não é de mais recordar que Van Ossel & Ouzoulias (2000: 142) documentaram arqueologicamente a recuperação da utilização da madeira na arquitectura do século IV na Gália, não pela instalação de novas gentes, mas por moda, e para permitir o acréscimo de produção e ampliação de espaços (contrariando as tradicionais visões de “crise e decadência”).

866 Sendo que a arte dos pavimentos em mosaico desaparece durante o século V ou inícios do seguinte, acompanhada pelo desaparecimento dos ornamentos parietais pintados, substituídos pela ornamentação esculpida (Palol, 1972: 185). Para exemplos tardios de mosaicos hispânicos: Blazquez, 1986.

867 2004: 289: “Impoverishment of the previous owners fails to explain the lack of interest shown in retaining the internal organisation and well-preserved decoration of the house. [...] Impoverished owners might be expected to conserve their homes, not destroy the most luxurious fittings. [...]”.

transformem de modo radical os ambientes onde vivem, pelo que estas alterações evidenciam viragens profundas na percepção dos ambientes<sup>868</sup>.

c) em outros casos temos a *reconversão da pars urbana em necrópole ou espaço sepulcral*. Nos exemplos referenciados parece tratar-se de um fenómeno delimitado no tempo, em torno aos séculos IV (nos momentos finais) e V, sendo abandonado à medida que se vão construindo edifícios de culto que assumem um efeito polarizador e congregador, e para onde se deslocarão os cemitérios<sup>869</sup>. No entanto, se olharmos para a escala peninsular, observamos uma assinalável diversidade, com a existência de extensas necrópoles, de sepulturas agrupadas, de sepulturas isoladas ou ainda com um sarcófago ocupando uma posição central. Portanto, é perigoso analisar estas situações sob uma perspectiva conjunta, pois não é fácil perceber as motivações, muito menos quando não sabemos em que parte dos antigos edifícios se implanta a necrópole, visto que as áreas não foram extensivamente escavadas. Por exemplo: o que significa o sarcófago de São Pedro dos Pastores, em Campo Maior, e qual a parte do edifício em que é colocada (e para que havia servido esse edifício, que sofre uma ampla remodelação?)? Em Silveirona (Estremoz) e Terrugem (Elvas), em que área pré-existente se implanta a necrópole tardia e os edifícios quadrangulares que parecem orientar as tumulações? Portanto, sem este tipo de leituras não é possível compreender as relações espaciais e sua valorização simbólica. De qualquer forma, e com variações, parece ser este o fenómeno mais habitual. Observem-se as situações:

Sítio	Concelho	Área de implantação da necrópole
Quinta do Pião	Alter do Chão	Pars urbana <sup>870</sup>
Pombais	Marvão	Edifício termal
São Pedro dos Pastores	Campo Maior	Espaço de habitação (pars urbana?)
São Salvador	Campo Maior	Em edifício termal (?)
Silveirona	Estremoz	Pars rustica (?)
Terrugem	Elvas	Próximo da pars urbana
Monte da Nora	Elvas	Em meio do povoado, após abandono
Ovelheira	Elvas	Sepultura em compartimento absidal
Vale da Bexiga	Castelo de Vide	Em meio a estruturas
Barragem da Póvoa	Castelo de Vide	Em meio a habitações
Mascarro	Castelo de Vide	Em meio a habitações, pars rustica?
Monte das Freiras	Arronches	Próximo de habitações
Horta de S. Pedro	Sousel	Informações orais apontam para sepulturas em zona de muros
Torre de Palma	Monforte	Núcleo funerário a sudoeste da basílica sobre área habitacional anterior

868 Como afirmam Gisella Ripoll e Javier Arce (2001: 26), “La arquitectura residencial evoluciona en muchos casos hacia una reestructuración de sus espacios cambiando su función utilitaria, es decir el concepto planimétrico originario pierde su validez al ser desarticulado”, ou seja, a reconversão de espaços é a expressão material de profundas viragens da percepção como os mesmos são encarados.

869 Torre de Palma já evidencia este fenómeno com sepulturas no interior da basílica de dupla abside.

870 Agradeço ao Dr. Jorge António a comunicação da situação detectada em escavação por si realizada.



O caso mais extensamente escavado é Pombais, onde uma comunidade apreciável se tumulou em meio ao hipocausto de um edifício termal<sup>871</sup>. Também em Silveirona e em Terrugem as comunidades são significativas, embora tenham sido escavadas apenas uma parte das necrópoles. Aliás, em nenhum caso se conhece a real extensão destas necrópoles. Em São Pedro dos Pastores temos uma sepultura isolada, monumentalizada em sarcófago, ocupando uma posição de destaque, tendo a colocação no centro da sala obrigado à remodelação do antigo espaço. Esta sepultura privilegiada não seria a única, pois mais algumas foram documentadas em zonas secundárias.

Ainda sobre as necrópoles, note-se um outro fenómeno detectado, que aqui não aprofundo por não ser este o tema central do presente estudo. Existe também um prolongado nexo de continuidade com espaços tumulares anteriores. O melhor exemplo, sem dúvida, será Chaminé (Elvas), onde em sucessão temos, pelo menos, quatro fases de tumulação, desde os finais da Idade do Ferro até momentos visigóticos. Estes nexos de continuidade no mundo funerário (Padrãozinho, Serrones e Torre das Arcas), por vezes reaproveitando materiais epigráficos (Herdade da Camugem, em Vila Viçosa, Silveirona, Estremoz, ou Santa Marinha, Castelo de Vide), são significativos.

d) já a *reconversão da villa em templo cristão* surge-nos surpreendentemente mal documentada<sup>872</sup>, quer nos contextos, quer nos ritmos, por óbvias dificuldades de datação<sup>873</sup>. Em termos gerais, parece haver dois momentos: até ao século V reformula-se um templo pagão pré-existente; em momento posterior, constrói-se de raiz nas imediações do edifício de residência, após o seu abandono. Também do ponto de vista da implantação existem variantes. Em primeira fase, esta «intrusão» do templo cristão parece endógena, a partir do edificado pré-existente, como no paradigmático exemplo de Monte da Cegonha (Beja). No momento seguinte desloca-se para um edifício marginal, seja em ponto periférico da estrutura áulica ou no complexo termal (situação frequente, por exemplo, na península itálica ou na Catalunha, mas menos conhecida na Lusitânia)<sup>874</sup>. Como é evidente, estes diferentes fenómenos de mutação

---

871 Curiosamente, esta parece ser uma situação pouco frequente na Lusitania e mais bem documentada na Tarraconensis (Chavarría Arnau, 2004c: 82). A escolha do edifício termal levanta uma questão: a pars urbana continuava em ocupação, sacrificando-se um espaço desfuncionalizado?

872 Do ponto de vista arqueológico, visto que nas fontes temos dados (indirectos, é certo) que indicam que o fenómeno foi muito dinâmico. Por exemplo, no Concílio de Toledo I, em 397 (canon 5 e canon 9), surgem recomendações com vista ao controlo da Igreja, propondo-se que unicamente fossem reconhecidos os templos directamente sob a alçada de um bispo ou por ele consagrados. Esta situação é reiterada em concílios posteriores, indicando que o processo foi gerido com dificuldades operacionais de terreno por parte da hierarquia eclesiástica. Quanto à vertente arqueológica, remeto para Chavarría Arnau (2007 e 2008) e para o exaustivo levantamento de Kim Bowes (2002).

873 Como se compreende, a cultura material dos edifícios, sobretudo a nível cerâmico, é escassa, e uma das características dos espaços reside na austeridade artefactual (Bowes, 2005: 207).

874 “There are two basic structural types of villa-churches, the intra-villa church, constructed inside the villa urbana or rustica by modifying an extant space, and the extra-villa

implicam distintos significados, pois não é indiferente iniciar a construção de um templo cristão em espaços ainda em funcionamento, ou fazê-lo em locais abandonados ou desfuncionalizados. Desta forma, distinguem-se diversos sub-tipos, que expressam significados complexos. E em nenhum dos casos a construção de um templo cristão irá “perpetuar” a vida da *villa*, pois existe uma reformulação completa de vivências e de substância nos conteúdos simbólicos, embora no primeiro esse processo de *transferência* seja gradual, e no segundo implique um hiato. Tal é o caso da basílica de Torre de Palma, construída longe do edificado, embora, de modo significativo, próximo da antiga área sepulcral, um prolongamento não despidendo de memórias e significados.

\*

Desta forma, em termos gerais (e apesar de exemplos em contrário, que indiciam perdurações), a passagem do século V para o VI marca o final da vivência nas *villae* no sentido clássico-pagão do termo, mesmo que a presença humana seja prolongada no espaço construído<sup>875</sup>. Na área regional domina o processo de reconversão destas estruturas em necrópole, mas em geral, o núcleo primacial reside na construção religiosa cristã, que irá articular o desenvolvimento futuro, e não nas componentes clássicas que agora definitivamente se esboroam. Na área em estudo temos o caso de Torre de Palma, onde a construção da basílica se faz em área exterior à *villa*, possivelmente quando esta já se encontrava em decadência ou, pelo menos, com a sua estrutura alterada. No restante, contudo, temos poucas indicações sobre o modo como se faz, de facto, a entrada do cristianismo. Note-se o exemplo de Silveirona: uma significativa comunidade plenamente cristianizada, mas cuja sede arquitectónica não é

---

church, a free standing building located 100-500m from the villa proper.” (Bowes, 2001: 324). Os sítios que ilustram o primeiro exemplo são Monte da Cegonha (p. 324), Montinho das Laranjeiras (p. 327-8), e a basílica na villa de Fortunatus (p. 328-9); para o segundo exemplo temos Torre de Palma (p. 329), La Cocosa (p. 329-331) e Carranque (p. 331-333).

875 Brogiolo & Chavarría Arnau, 2008: 198: “En su inmensa mayoría, sin embargo, a partir de mediados del siglo V los indicios de inversiones significativas en los edificios residenciales de las villas son muy reducidos y, muy al contrario, se detectan generalmente elementos que abogan más por la ruptura que por la pervivencia de un sistema de vida aristocrático en estos complejos. En numerosas villas aparece material arqueológico posterior al siglo V, pero con frecuencia esos materiales se relacionan con formas de ocupación residual caracterizadas por la presencia de hogares, de muros de compartimentación construidos con técnicas rudimentarias, de agujeros de poste que indican la presencia de cabañas, de basureros, silos, etcétera. Tampoco la presencia de edificios de culto en relación con algunas villas puede ser considerada - como se ha valorado con frecuencia - indicio de la continuidad de la vida aristocrática en las villas, puesto que por lo general, estas iglesias no fueron construidas en el siglo IV o V, sino a partir del siglo VI, cuando las villas habían sido ya abandonadas.” Muito interessante a leitura que os autores fazem (nota 14) da ideia transmitida por alguns investigadores que lêem nas *villae* a existência de “células missionárias na propagação do cristianismo”, pois efectivamente o que temos nestes momentos muito avançados é a existência de uma vivência das *villae* que já nada tem a ver com o conceito primordial do termo.

conhecida. Aliás, em Silveirona, em Terrugem e em São Pedro dos Pastores é provável que a *necropolização* dos ambientes obedecesse a um processo mais amplo, com a localização do espaço sepulcral a fazer-se na envolvente de uma basílica.

Como será natural, estas alterações seriam sentidas em outros campos. A actividade religiosa supõe um presbítero, que forçosamente teria de habitar próximo do local de culto, construindo assim novas relações de sociabilidade. Estes edifícios residenciais anexos poderão vir a ser identificados, como o “northeastern building” de Torre de Palma.

Neste processo podemos entrever a fragmentação do conceito clássico da “*villa*” com a progressiva implementação de um proto-aglomerado estruturado em torno de um símbolo de autoridade, agora de cariz simbólico e religioso, e já não civil ou político. Esta transferência de conteúdos é infelizmente ainda mal conhecida, mas parece constituir a paradoxal solução de, por um lado, permitir a sobrevivência material destes espaços em meio rural, mas por outro levar à sua extinção<sup>876</sup> do ponto de vista do *paradigma conceptual* que o termo *villa* implicava, processo feito através de uma radical reformulação do conjunto de conteúdos que caracterizavam estas estruturas. Ou seja, os dados que vêm sendo reunidos permitem afirmar que a *villa* enquanto paradigma vivencial morre efectivamente nos finais do século V ou durante a sexta centúria<sup>877</sup>, mantendo-se alguns focos de permanência em situações esporádicas, mas distantes da carga de conteúdos que o conceito original implicava. Verifica-se também que esta transformação decorre sem um padrão unilinear. Quando assistimos à *necropolização* de uma *villa*, não existe qualquer continuidade nos nexos temporais e simbólicos, mas uma inversão dos modos de percepção e de valorização de estruturas construídas, agora (re)utilizadas para a deposição dos membros de uma comunidade, enquanto anteriormente eram espaços de vida. Quando se constrói uma basílica próximo de uma *villa*, ou quando a mesma é transformada em complexo produtivo, isso indica-nos que a *villa* enquanto invólucro, por assim dizer, já não serve e se encontra desfuncionalizada, e as estruturas materiais são agora percebidas de outra forma. De resto, na região não existem exemplos de passagem de uma *villa* para uma “vila” (em movimento de continuidade), para um aglomerado urbano, mas mesmo para outras regiões creio que esse fenómeno é mais casuístico e, no fundo, um *topos* sugestivo. Quanto muito, uma convergência de estratégias dita essa sobreposição topográfica, a mesma que existe na sobreposição de alguns montes e casas a *villae*. Em resumo, portanto, verificam-se linhas

---

876 Ou eventualmente, estariam já extintas, como explicitado por Alexandra Chavarría Arnau, 2007.

877 Chris Wickham (2009: 670) afirma: “En el Occidente del año 300 dominaban las villas, pero hacia el año 700 se habían esfumado prácticamente todas.” O fenómeno correu a variadas velocidades, e mais uma vez as periferias foram as primeiras a ser abandonadas: na Grã Bretanha, em torno ao ano 450, já praticamente todas haviam desaparecido (Dark, 2004).

de evolução diferenciadas que levam a que no século V ou VI o espaço das *villae* seja utilizado para outros fins. Na área em apreço temos remodelações, instalação de áreas produtivas, de espaços sepulcrais ou de templos cristãos (nas imediações). Estes movimentos serão de algum modo concordantes com os dados documentais que demonstram, também, a progressiva extinção do termo *villa*, agora substituído por designações mais neutras<sup>878</sup>.

Note-se, contudo, estes fenómenos têm de ser avaliados com precaução, pois existem dados que, até ver, nos parecem contraditórios, indicando que as evoluções ocorreram de variadas formas. Isto porque na vizinha Extremadura documenta-se uma relativa perenidade de ocupação em muitas *villae*, com indícios de continuidade ao longo do século VI e mesmo VII. A novidade reside na presença cristã, materializada em estruturas de culto, que pelos dados existentes proliferam em toda a região emeritense<sup>879</sup>. Em um ou outro caso teríamos mosteiros<sup>880</sup> e estruturas isoladas, que procuram o afastamento do mundo. São ainda mal conhecidas<sup>881</sup>, embora para a Extremadura existam exemplos sugestivos<sup>882</sup>. Em Herdade da Palhinha (Fronteira) uma recente

---

878 “También resulta sorprendente que las menciones de villae desaparezcan de la Hispania a partir, precisamente, de circa 400. [...] En las fórmulas visigodas, un repertorio de textos elaborado en el último período del reino visigodo para servir de modelo en diferentes actos jurídicos, conservamos algunas que tienen que ver con la compraventa de tierras, la fundación de centros eclesiásticos o las cartas de dote. Curiosamente en ninguna de ellas se menciona la villa como referente del mundo agrario [...]. Nos encontramos, sin embargo, con termos más genéricos del tipo locus o, en algún caso, possessio (Form. IX) e, incluso, terrae in locum... (Form. XXXVI).” (Isla Frez, 2001: 12). Em seguida, o autor reflecte sobre o já referido termo *villula*, relembrando a menção das VSPE, de especial interesse por se alocar a sítios nas margens do Guadiana, por cujas cheias foram danificadas. Germán Rodríguez Martín procurou ver no abandono de Torre Águila uma das manifestações destas cheias (Rodríguez Martín, 1988; 1999; ver o seu artigo de contextualização sobre o período tardio na bacia do Guadiana de 2002).

879 Fuentes Domínguez, 1995: 235-236.

880 Como poderá ser o caso de Palhinha, Fronteira, e de São Pedro dos Pastores, Campo Maior. Em casos particulares, poderíamos ter outros espaços, construídos com finalidades específicas. Veja-se o significativo exemplo deixado por Kim Bowes (2006: 95): “The letters exchanged between Paulinus and Sulpicius describe in some detail the latter’s elaborate provisions for his ever-increasing relic collection. Sulpicius, who had attempted to procure the body of Martin de Tours, had to be content with that of Clarus, Martin’s disciple, which he housed in a church on his estate-cum-ascetic community, along with a number of Holy Land relics.”

881 “En fin, para la época que nos ocupa, a partir especialmente del siglo V, otro establecimiento que esta ausente de representación en el registro arqueológico es el monasterium, bien aislado, bien incluido o reutilizando las estructuras de una villa romana anterior.” (Arce, 2006: 12). Ver Maciel, 1996: 99.

882 “Los únicos edificios identificados con bastante posibilidad como iglesias monásticas son actualmente San Miguel de los Fresnos (Frenegal de la Sierra, Badajoz) y Santa Lucía del Trampal (Alcúscar, Cáceres).” (Chavarría Arnau, 2004b: 17). Algumas referências nos textos visigodos são feitas a estruturas deste tipo, por vezes em aceção ampla: “En el Elogium de Ildefonso de Toledo, debido también a la pluma de Juliás, se nos dice que aquél creó un monasterio femenino in Deibiensi villula (PL, XCVI, 43s). [...] Quizá puede ayudar otra mención de Félix de Toledo contenida en la Vita Iuliani, en la que nos cuenta cómo el monasterio de San Félix está Cabensi in villula dedicatum (Vita 3, PL, XCVI, 446). Se trata, pues, de monasterios que se

proposta de leitura epigráfica trouxe sugestivas indicações<sup>883</sup>, e em Campo Maior existe outra menção a uma estrutura do género<sup>884</sup>. Finalmente, a menção documental ao *monasterium* de *Apalantri* que serviu de termo territorial para a doação de Açafa à Ordem do Templo em 1199<sup>885</sup>. Identificar e caracterizar estas estruturas será um dos próximos desafios da investigação, que permitirá atingir outros patamares qualitativos na percepção da *paisagem cristã*.

Este dado é relevante pois ajuda-nos a perceber que a introdução do cristianismo não constituiu uma ruptura, antes uma evolução e transformação de um perfil vivencial, com a adição de elementos culturais novos que, também eles, se mesclaram com as pré-existências, criando realidades inéditas. Inicialmente um fenómeno minoritário, o cristianismo irá ser, mesmo após adoptado como religião oficial, confrontado com as realidades pagãs, mas também com as correntes heréticas que paralelamente se instalam, e nessa progressão lenta decorrerão vários séculos. O movimento decorre das cidades para os campos, o que revela também a lentidão das transformações. É cada vez mais evidente que os momentos de passagem são largos, permitindo a chegada e assimilação de outros contributos que só agora estão a ser considerados. Neste campo, todo o século VII constitui uma encruzilhada de diversas influências, desde as marcas cristãs e visigóticas até às influências bizantinas, criando códigos que se materializam na formulação de uma nova arquitectura<sup>886</sup>. Desta forma – e mais uma vez – estamos perante fenómenos complexos que geram realidades plurais e multiformes.

## 10.2. Evoluções nas redes de povoamento

No colapso do mundo romano, o efeito mais visível reside na retracção das redes de povoamento. A impressão geral é a de uma tremenda inflexão nas pautas de densidade de presença no território. Se realizássemos um gráfico comparando o número de sítios ocupados antes, durante e depois do Império romano, facilmente verificaríamos que este foi um momento excepcional (no sentido

---

construyeron sobre la base de propiedades existentes e, incluso, de unas realidades constructivas previas que debieron ser remodeladas [...].” (Isla Frez, 2001: 11).

883 Alves Dias & Gaspar, 2006: [nº 156] relêm a linha 3 com a proposta de LANCIE MON(A)ST(ERIO) (p. 258).

884 Alves Dias & Gaspar, 2006: nº 157 onde está expresso o Monasterio Silve(s)ter. Infelizmente as dúvidas sobre o local de origem desta peça são muitas: poderá provir de Defesa de São Pedro, a hipótese mais provável, mas Deus, Louro e Viana (1955) atribuem-na a Herdade de Alivã.

885 Cebola, 2005: 20.

886 Para uma percepção geral, Maciel, 1996. Sobre a arquitectura do século VII veja-se o texto de Almeida Fernandes (2009), reavaliando alguns dados subvalorizados (“[...] a época visigótica está repleta de novidades trazidas à luz nos últimos anos”, p. 262), bem como vários contributos na mesma monografia (Caballero Zoreda, Mateos Cruz & Utrero Agudo, 2009).

- Fraguil, Horta do – I: 44; 128; 130; 131; 182; 193; 205; 362; 373; II: **377-378**; 379.
- Fraxinum* – I: 130; 182; 193; II: 158; 378; 402.
- Frei Álvaro – I: 363; II: **401**; 406; 407.
- Freiras, Monte das (Arronches) – I: 185; 202; 204; 252; 334; II: **45-46**; 50; 51.
- Freiras, Monte das (Monforte) – II: **354**.
- Freiras, Monte das (Vila Viçosa) – II: **432**; 434; 435.
- Freire, Herdade do – I: 233.
- Freirinha, Monte da – I: 204; II: **32**.
- Freixial (Ponte de Sôr) – I: 181; II: **387**.
- Freixial (Sousel) – II: 409; **420**.
- Freixo (Borba) – II: **72-73**.
- Freixo (Assumar, Monforte) – II: **330**.
- Freixo (Prazeres, Monforte) – II: **351**.
- Froia 1, Moradeia da – II: **16**; 25; 168.
- Froia 2, Moradeia da – II: **16-17**; 25; 168.
- Garriancho, Tapada do – I: 117; 120; 146; 149; II: 123; 293; **294**; 299; 315.
- Gavião – I: 219; II: **311**.
- Goiã 2 – II: **57**; 63.
- Granja (Crato) – I: 117; 120; 128; 192; 204; 206; 279; II: 141; 149; **161-163**; 167; 169.
- Granja (Estremoz) – II: **236**.
- Granja, Monte da – I: 189; 331; II: **35-36**; 49.
- Granja do Carvalho, Monte da – II: **143**.
- Grotarossa – I: 91.
- Guardaria, Herdade da – I: 38; II: **219**.
- Herdade dos Campos ou Genemigo – II: **181-182**.
- Horta da Moura – II: **20**; 24.
- Horta da Pinheira – II: **244**.
- Horta da Serra – II: 175; **189**.
- Horta da Torre – I: 79; 111; 113; 115; 117; 120; 121; 151; 152; 178; 205; 220; 261; II: 22; 249; 265; **266-268**; 269; 278; 280; 281.
- Horta das Pinas – II: **197**.
- Horta do Forte/Castelão das Nogueiras – II: 76.
- Horta do Rafael – II: **193**.
- Horta do Vale – I: 205; II: **370**.
- Horta Nova (Arronches) – I: 202; 204; 333; II: **43-44**; 50; 51.
- Horta Nova (Borba) – I: 212; 261; 272; 336; II: 76; 79.
- Horta Tirana – II: **257**; 329.
- Igrejinha, Monte da – II: **243**.
- Ilhas – I: 103; 167; 175; 176; II: **103**.
- Irmãos, Monte dos – II: 381; 382; 384; **391-392**; 393.
- Janelas 1 – I: 178; II: **348-349**; 359.
- Janelas 3 – II: **349**.
- Janelas 4 – II: **349**.
- Janelas 5 – II: **349**.
- Joucel – I: 259; 267; II: **127**.
- Judeu, Monte do – II: **258**.
- La Cocosa – I: 102; 106; 118; 254; II: 340.
- La Olmeda – I: 84.
- La Torrecilla – I: 29.
- Ladeira – I: 117; 120; 124; 149; 199; 233; II: 56; 57; **60**; 63; 64; 65; 66.
- Lagar do Penedo – I: 205; II: **259**.
- Lage do Ouro 1 – I: 120; 121; 208; 221; 235; 279; II: 138; 141; **149-151**; 167.
- Lage do Ouro 2 – I: 121; 344; II: **151**; 169.
- Lagoa – I: 213; 365; II: **429**.
- Laje da Prata – II: **374-375**.
- Laje de Santo Estevão – II: **148**; 169.
- Lameirancha – II: **375**; 379.
- Laranjal – II: **75**.
- Laranjeiras, Horta das – II: **177-178**.
- Laranjeiras, Montinho das – I: 254.
- Las Tiendas – I: 118.
- Leca, Monte da – II: **347**.
- Lomba da Barca – I: 131; II: **367**.
- Louções, Monte dos – II: **35**.
- Louseira – II: **75**.
- Machouqueira – II: **287**; 289.
- Malha-Pão, Monte do – I: 183; II: **85**.
- Malhada da Amoreira de Baixo – II: **259**.
- Malhada da Serra de Aires – II: **355**.



Malhada das Cabras – II: 125; **376**.  
 Manteigas – II: **335**.  
 Maral – II: **308**.  
 Marçal Branco, Monte do – II: **378**.  
 Marco Alto – I: 184; II: 84.  
 Margalha, Quinta da – II: **286**; 289.  
 Marinela, Monte da – II: **236-237**.  
 Marrocos, Monte de/S. Lucas – I: 204; II: **163-164**; 169.  
 Martim Tavares, Monte de – II: **34**; 49.  
 Mascarro, Monte do – I: 70; 111; 124; 201; 215; 220; 252; 343; II: 112; **129-132**; 133; 134; 136.  
 Matança – I: 178; II: **336**.  
 Mateus, Herdade de – I: 79; 124; II: **331**; 360.  
 Matinho de Baixo, Herdade do – II: **159**.  
 Mato da Póvoa/Mosteiros – I: 124; 149; 199; 222; 226; 228; 338-339; II: **115-121**; 133; 134; 136; 374.  
 Mato Silva – I: 204; II: **157**; 169.  
 Meada/Ameada/Santo Amador – I: 203; II: **122-123**; 134.  
*Medobriga* – I: 66; 67.  
 Meio Dia, Tapada do (A do Meio Dia 4) – II: **375**.  
 Merouços 1 – I: 121; 178; II: **265**.  
 Merouços 2 – I: 131; 152; 178; II: **265**.  
 Mestre Vasco, Herdade do – II: **415**.  
 Mienne –Marboué – I: 262.  
 Moinho, Monte do – II: **356**.  
 Moinho da Lapagueira – I: 183; II: **85**.  
 Moinho de Vento da Rabasquinha – II: **275-276**; 280.  
 Moinho de Zuzarte – II: **31**.  
 Moinho do Zurrage – II: **72**.  
 Montinho, Horta do – I: 222; II: **402**.  
 Monroy – I: 220.  
 Montalvo – II: **389-390**.  
 Monte Alegre – II: **276**.  
 Monte Branco (Fronteira) – II: **271**.  
 Monte Branco 1 – II: **45**.  
 Monte Branco 2 – II: **45**.  
 Monte Branco 3 – II: **45**.  
 Monte da Cabeça – II: 48.  
 Monte da Quinta (Arronches) – I: 189; 204; I: 149; II: **37**; 49.  
 Monte da Quinta (Campo Maior) – II: **81**.  
 Monte da Silveira/Moinho da Monsoa – II: **29**; 49.  
 Monte d'El-Rei – I: 189; II: **38**.  
 Monte do Doutor Eugénio – I: 204; II: **122**; 134.  
 Monte do Rebolo/Monte da Venda – II: **33**.  
 Monte do Regato dos Alfaiates – II: **34**; 48.  
 Monte do Reguengo/Igreja de N. Sr.<sup>a</sup> da Lameira – I: 185; 333; II: **44-45**; 50.  
 Monte do Reguengo 2 – II: **45**.  
 Monte do Senhor Eusébio – II: **122**.  
 Monte dos Passões/Horta da Carapeta – II: **34**.  
 Monte Redondo – I: 179; II: **17**; 24.  
 Monte Velho – I: 201; 205; 220; 356-357; II: 291; 298; **302-304**; 306; 307; 318-319.  
 Monte Velho das Ligeiras – II: **35**.  
*Montobriga* – I: 182.  
 Mosteiros (Arronches) – II: **30**.  
 Mosteiros (Castelo de Vide): ver Mato da Póvoa/Mosteiros  
 Mosteiros (Crato) – I: 44; 55; 113; 115; 116; 120; 193; 272; 345; II: 116; **154-156**; 167; 168; 169; 402.  
 Mouratão, Monte do – II: **129**.  
 Mouta Raza – I: 205; II: **297**.  
 Murela, Monte da – II: **127**; 134.  
 Naves (Marvão) – I: 219; II: **311-312**.  
 Naves (Monforte) – II: **329-330**; 359.  
 Nora (Fronteira) – II: **259-260**.  
 Nora, Monte da – I: 128; 129; 199; 201-202; 204; 206; 222; 252; 260; II: 175; **190-192**; 210-211.  
 Nora Úveda – I: 169; II: **202**.  
 Nogueiras – I: 212; 214; 335-336; II: **75-76**; 78; 79; 429; 434.

- Olivar del Centeno – I: 100; 119.  
 Oliveirinha 1 – II: **336**.  
 Outeiro da Boa Vista – II: 325; **333**.  
 Outeiro da Mina – II: **418**.  
 Outeiro do Mouro 1 (casal agrícola) – II: **272-273**; 274; 275.  
 Outeiro do Mouro 2 (necrópole) – I: 63; 121; 208; 280; II: 150; 249; 250; 265; 272; **273-275**; 281; 394.  
 Outeiro Pintado – II: 423.  
 Ovelheira, Monte da – I: 150; 201; 204; 231; 252; 352; II: 174; **205-206**; 209.  
 Paço, Monte do – I: 155; II: **199-200**; 201; 209.  
 Padrão – II: **205**.  
 Padrãozinho – I: 253; II: 212; **426-427**.  
 PaiAnes, Tapada do – I: 124; 199; II: **374**.  
 Paiola, Monte da – I: 204; II: **151-152**; 169.  
 Paiva, Monte de – II: **41-42**.  
 Palhinha, Herdade da – I: 151; 256; 261; 264; II: **261-262**; 280; 281.  
 Palhinha 2, Herdade da – II: **261**.  
 Palmeira, Monte da – II: **353**.  
 Pardais – I: 138; 213; II: **432-433**; 434.  
 Pascoal, Horta do – II: **142**.  
 Passo, Monte do – II: **182-183**.  
 Patalou – I: 259-260; 261; 263; II: **376-377**; 379.  
 Patinha da Burra – I: 205; 357-358; II: **306**.  
 Pedras da Careira – II: 326; 361.  
 Pena Clara – II: **182**.  
 Pereiras (Elvas) – I: 86; 111; 204; II: **181**.  
 Pereiras (Monforte) – II: **348**.  
 Pereiras, Monte das (Arronches) – I: 189; II: **33**; 49.  
 Pereiro/Fadagosa – I: 149; 205; 355; II: 126; 293; **298**; 299; 315.  
 Peso, Monte do – II: **331**.  
 Piazza Armerina – I: 98.  
 Picanheiras de Cima – II: **354**.  
 Pigorrinhas 2 – I: 136; II: **417**.  
 Pinheiras, Tapada das/Galveias – I: 70; II: 382; 383; **389**.  
 Pintos 2, Monte dos – II: **412**.  
 Pisão, Monte do – II: **258**.  
 Pitaranha – I: 212; 358; II: 293; **310**.  
*Plagiaria* – I: 158.  
 Pocilgais – II: 249; 250; **270**; 271; 325; 334.  
 Poço da Lança – II: **373**.  
 Poço de Marvão – I: 204; II: 117; **122**; 134.  
 Poço do Mesquita – II: **351-352**; 359; 360.  
 Poço dos Surdos – I: 183; II: **87**; 105.  
 Poço dos Vieiras – II: **419**.  
 Pomar d'El-Rei – II: **427**.  
 Pomarinho da Torre das Arcas – I: 347; II: **189-190**.  
 Pombais, Herdade dos – I: 63; 111; 120; 149; 205; 252; 253; 264; 269; 356; II: 293; **299-302**; 313; 315; 318; 319.  
 Pombal (Elvas) – I: 212; II: **193**.  
 Pombal, Monte do (Monforte) – II: **337**.  
 Pombinha, Tapada da – I: 167; 183; 204; II: **90-91**; 105; 106.  
 Ponte de Sôr – I: 41; 121; 178; II: **385-386**; 393.  
 Ponte Lagarto – II: 202.  
 Porto das Escarninhas – I: 131; 188; 191; 204; II: **39**.  
 Porto das Passadeiras – II: 11; **20**.  
 Porto de Melões – I: 150; 205; II: **264-265**.  
 Porto de Vaiamonte – II: **264**.  
 Prado II – II: **309**.  
 Praia da Tojeirinha – I: 114; 134; II: **390**; 396.  
 Quinta da Queijeira – II: **310**.  
 Quinta da Regada 1 – II: **257**.  
 Quinta da Regada 2 – II: **258**.  
 Quinta das Longas – I: 32-33; 61; 63; 80; 83; 84; 99; 111-113; 115; 116; 117; 118; 119; 120; 121; 149; 177; 197; 203; 204; 207; 212; 215; 222; 229; 239; 247; 251; 269; 274; 279; 347-348; II: 175; 192; **193-197**; 208; 209; 210; 212; 213; 338.  
 Quinta do Marim – I: 239.



- Quinta do Padre Francisco – II: **309**.
- Quinta do Pião – I: 113; 115; 119; 151; 178; 251; II: 13; **21-22**; 24.
- Quinta do Ribeiro da Nata – II: 284.
- Rabaçal – I: 110.
- Rabasca 1, Monte da – I: 187; II: **39-40**.
- Rabasca 2, Monte da – I: 187; II: **39**.
- Rabasquinha Pequena 1, Monte da – II: **414**.
- Rabasquinha Pequena 4, Monte da – II: **414**.
- Rangem, Horta do – II: **192**.
- Ranginha – I: 205; II: **306**.
- Raposeira – II: **75**.
- Rasquilha, Monte da – II: **37**.
- Reguengo (Alter do Chão) – II: 11; **19**.
- Reguengo (S. Domingos de Ana Loura/ Estremoz) – I: 353; II: **237-239**; 245.
- Reguengo 1, Herdade do (Monforte) – II: 325; **333-334**; 359; 360.
- Reguengo 2, Herdade do – II: **334**; 360.
- Rei Santo/Nave Fria – II: **31**.
- Relva – I: 205; II: **309**.
- Represa, Monte da (Gavião) – I: 150; II: **286**; 288; 289.
- Represa/Ponte dos Mouros (Sousel) – I: 364; II: **412-413**.
- Retorta – I: 205; II: **295**.
- Ribeira do Lobo – I: 205; 267; II: **307**.
- Ribeira dos Mosqueiros – II: **192**.
- Ribeiro do Freixo – I: 191; II: **166**; 169.
- Ribeiro Pinheiro II – II: **309**.
- Rôdo – II: 142; **145-146**; 167; 169; 170.
- Romacho – I: 205; II: **330**.
- Ronceiras, Monte das – II: **31**.
- Rosal – II: **403**.
- Rua de Crasto – II: **158**; 167; 169; 402.
- Safara – I: 188; 189; II: 38; 41.
- Salavessinha – II: **368**.
- Salgadas 1 – II: 140; **149**; 169.
- Salgadas 2 – II: 140; **149**.
- Salgueirinha – II: **369**.
- Salto do Cavalo – II: **305**.
- Samarra – I: 205; II: **251**.
- Samaruda – II: **260**.
- Sampaio – I: 204; II: **149**; 167; 169.
- Sampão, Curral de – II: 325; **336-337**.
- Sancha 1, Monte da – I: 187; II: **41**; 49.
- Sancha 2, Monte da – I: 187; II: **40-41**; 49.
- Santa Ana – II: **431**.
- Santa Catarina, Ermida de – I: 118; 130; 185; 204; II: 49; 51; **179**.
- Santa Eulália, Ermida de – I: 192; II: **147-148**; 167; 169.
- Santa Marinha/Santo Amarinho – I: 233; 253; 264; 269; 344; II: 112; 124; **132**; 136.
- Santa Vitória do Ameixial – I: 60; 62; 64; 68; 111; 113; 115; 116; 117; 118; 119; 120; 147; 201; 203; 205; 206; 208; 215; 229; 238; 246; 247; 251; 279; II: 217; 219; **221-229**; 245; 247; 338.
- Santo André (necrópole) – II: 150; 381; 383; 384; **391**; 393-394.
- Santo André 1 – II: **390**; 394.
- Santo André 2 – II: **391**; 394.
- Santo António 1 – I: 205; II: **336**; 350.
- Santo António das Paredes – I: 149; II: **329**; 359; 361.
- Santo Cristo – I: 149; II: **257**; 281; 329.
- Santo Estevão – II: **221**; 247.
- Santo Isidro, Igreja de – I: 188; II: 39.
- São Bartolomeu/Herdade de Revelhos – I: 120; 185; 186-187; 331; 370; II: **42**.
- São Bento, Ermida de (Crato) – II: **158-159**; 169.
- São Bento, Ermida de (Portalegre) – II: **406**.
- São Bento de Ana Loura – II: **236**; 245.
- São Bento do Cortiço – II: **219-221**; 246.
- São Cornélio – I: 205; II: **332-333**.
- São Cucufate – I: 81; 83; 109; 111; 115; 134; 136.
- São Francisco, Monte de – I: 117; 120; 261; II: **277-279**; 280; 281.
- São Gens – **375**; 379.
- São Gregório – II: **75**.

- São João Evangelista – II: 283.
- São Lourenço – II: **420**.
- São Marcos (Estremoz) – I: 174; II: **242-243**, 245.
- São Marcos (Ponte de Sôr) – I: 180; II: **388-389**, 393.
- São Marcos (Vila Viçosa) – I: 28; 120; 138; 205; 214; II: **431-432**.
- São Martinho – II: **392**, 394.
- São Martinho de Baixo 1 – II: **392**, 394.
- São Martinho de Baixo 2 – II: **392**, 394.
- São Pedro (Fronteira) – I: 32; 63; 111; 114; 115; 120; 124; 145; 149; 151; 152; 178; 205; 251; 261; II: 22; 249; 250; **252-257**; 278; 280; 281; 329.
- São Pedro (Portalegre) – II: **404-405**.
- São Pedro, Horta de (Sousel) – I: 252; 261; 272; II: 409; 411; **416-417**; 422.
- São Pedro de Algalé – II: **353**.
- São Pedro de Almuro – I: 79; 121; 177; 233; 272; II: **349-351**; 360; 361.
- São Pedro dos Pastores – ver Defesa de S. Pedro/S. Pedro dos Pastores.
- São Pedro e Silveira – I: 177; 346; 204; 369; II: **180**.
- São Rafael – II: **207-208**.
- São Romão – I: 69; 111; 170; II: 175; 182; **183**.
- São Salvador, Monte de – I: 111; 113; 114; 120; 176; 252; 279; 336-337; II: 81; 82; 84; **91-95**; 105; 108.
- São Saturnino, Monte de – I: 117; 120; 177; 261; II: **276-277**; 280; 281.
- Sardos – I: 86; 134; 201; 205; II: **335**, 359.
- Segóvia, Castro de – I: 175.
- Seiçal – II: **308**.
- Senhora da Conceição – II: **239**.
- Senhora da Enxada, Ponte de – I: 167; 183; 279; 370; II: 84; 91; 105; 108.
- Senhora da Graça – I: 225; 227; 228; 236; 360-361; II: **371-373**; 380.
- Senhora das Virtudes, Ermida – II: 125.
- Senhora dos Convertidos – II: **73**; 78.
- Senhora dos Mártires – I: 116; 117; 138; 173; 228; 237; 353; II: **239-242**; 245; 246.
- Serrones – I: 171; 253; II: **186**; 212.
- Settefinestre – I: 32.
- Severino, Tapada do – II: **373**; 379.
- Silveira (Campo Maior) – I: 176; II: **100-101**; 105; 106.
- Silveirona – I: 65; 68; 121; 199; 203; 215; 233; 237; 252; 253; 254-255; 264; 269; 272; II: 218; 220; 221, 229; **230-235**; 245; 246; 247; 248.
- Sobrosa II, Monte da – II: **310**.
- Sôrinho – I: 192; II: **142-143**; 167; 169; 170; 288.
- Sorrilha – II: **376**.
- Taberna dos Mouros – I: 179; 190; 191; II: **165**; 167; 169.
- Taleigo Velho 2 – II: **415**.
- Talha de Baixo – II: **272**; 274; 275, 280.
- Tapada da Barca, Monte da – II: **367**.
- Tapada da Mesa – II: 125.
- Tapada da Pedreira – II: **128**; 132; 133; 134.
- Tapada do Diogo, Monte da – I: 188; II: **39**.
- Tapada do Forno – II: **312**.
- Tapada do Ribeiro do Carvalho – II: **129**; 134.
- Tapada Grande – I: 149; 203; 204; 206; 340; II: 122; **123**; 132; 133; 134; 293; 299; 315.
- Teixeiros – II: **219**.
- Teixinha – II: **404**.
- Terrugem – I: 83; 120; 252; 253; 255; 269; 272; II: **203-204**; 211; 213.
- Tinoca, Minas da – I: 185; 219; II: 29; 84; **86**; 105.
- Tivoli – I: 98.
- Topete, Monte do – II: **235**.
- Torrados – II: **277**.
- Torre (Arronches) – I: 131; 189; 331; II: **36-37**.
- Torre Águila – I: 101; 114; 166; 256.
- Torre Albarragena – I: 118.
- Torre Cimeira – II: 284.

- Torre das Arcas – I: 150; 203; 207; 208; 253; II: **190**, 212.
- Torre de Alfange – II: **353**.
- Torre de Palma – I: 32; 60; 62; 64; 68; 81; 83; 84; 99; 111-113; 114; 115; 116; 117; 118; 120; 121; 124; 145; 147; 148; 151; 152; 178; 197; 199; 202; 203; 205; 206; 208; 215; 228; 229; 233; 238; 246-247; 251; 252; 254; 255; 267; 270-271; 272; 276; 279; 359; II: 184; 250; 270; 324-325; 327; 332; 335; 336; **338-347**; 357; 358; 359; 360; 361.
- Torre de Sequeira 1 – II: **193**; 194.
- Torre de Sequeira 2 – II: **193**.
- Torre do Álamo – I: 205; 364; II: **419-420**.
- Torre do Azinhal – I: 149; 355; II: 123; 291; 293; **296-297**; 299; 315, 318.
- Torre do Cabedal – I: 120; 150; II: 424; 427; **428-429**; 433; 434.
- Torre do Curvo – I: 171; 172; 205; II: **355-356**.
- Torre do Ervedal 8 – I: 204; II: **59-60**; 63; 65.
- Tossa de Mar – I: 99.
- Tourega, N. Sr.<sup>a</sup> da – I: 123.
- Travassos 2 – II: **75**.
- Tubucci* – II: 288; 385.
- Valada, Monte da – II: **42-43**.
- Valbom – I: 263; II: **188-189**.
- Valdetorres de Jarama – I: 87.
- Vale da Bexiga – I: 111; 116; 252; 340; II: 112; 116; **124-125**; 128; 132; 133; 134; 136; 376.
- Vale da Feiteira – II: **288**; 289.
- Vale da Junça 1 – II: 409; **415**.
- Vale da Junça 3 – II: **415-416**.
- Vale da Junça 4 – II: **416**.
- Vale da Manceba – I: 203; 204; II: **127-128**; 132; 133; 134.
- Vale de Junco – II: **35**.
- Vale de Luso – I: 205; 206; II: **307**.
- Vale de Maceiras 3 – II: 279; **418**.
- Vale de Magre – II: 138.
- Vale de Monteiro – II: **405-406**.
- Vale de Rodam – I: 205; II: **297-298**.
- Vale de Zebro (Borba) – II: **71**.
- Vale de Zebro (Monforte) – I: 205; II: **332**.
- Vale do Cano – I: 203; II: 126; 293; 296; 297; 315.
- Vale do Cano III – I: 205; II: **295**.
- Vale do Cano IV – I: 354; II: **295**; 315.
- Vale do Cano V – I: 205; II: **295**; 315.
- Vale do Cano VIII – II: **296**; 315.
- Vale do Grou – II: **287**; 289.
- Vale do Peso/Monte Velho – II: **146-147**; 169.
- Vale Seco – II: **148-149**; 169.
- Vaqueirinho – II: **309**.
- Vargem das Barrancas – II: **208**.
- Vedeira – I: 205; II: **308**.
- Velada – II: 82; **95**.
- Veladas, Monte das – II: **157**.
- Veloso – II: **401**.
- Vences – II: **260**; 261.
- Ventosa – I: 177; II: **180**.
- Vigária – I: 28; 116; 117; 213; 214; II: **426**.
- Vila Covinha – II: **176**.
- Vila Cova – I: 177; II: **176-177**.
- Vila Formosa – II: **19-20**.
- Vila Formosa, Ponte de – I: 41; 161; 164; 166; 174; 179; 279; 367-368; II: 15; 24; 381; 393.
- Vilares – II: **77**; 78.
- Vilares da Galharda – I: 138; I: 214; II: **429**; 435.
- Vinagreira – I: 86; 177; 263; II: **177**; 213.
- Vinha do Desembargador – II: **34**; 49.
- Vipasca* – I: 81.
- Zambujal, Monte do – I: 187; II: **43**; 51.
- Zambuqueira, Herdade da – II: **160-161**.
- Zumbrete – I: 145; 146; 335; II: 70; **71-72**; 78; 79.

VOLUMES PUBLICADOS NA COLEÇÃO HUMANITAS  
SUPPLEMENTUM

1. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 1 – Línguas e Literaturas. Grécia e Roma* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
2. Francisco de Oliveira, Cláudia Teixeira e Paula Barata Dias: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 2 – Línguas e Literaturas. Idade Média. Renascimento. Recepção* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
3. Francisco de Oliveira, Jorge de Oliveira e Manuel Patrício: *Espaços e Paisagens. Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas. Vol. 3 – História, Arqueologia e Arte* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2010).
4. Maria Helena da Rocha Pereira, José Ribeiro Ferreira e Francisco de Oliveira (Coords.): *Horácio e a sua perenidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
5. José Luís Lopes Brandão: *Máscaras dos Césares. Teatro e moralidade nas Vidas suetonianas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
6. José Ribeiro Ferreira, Delfim Leão, Manuel Tröster and Paula Barata Dias (eds): *Symposion and Philanthropia in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2009).
7. Gabriele Cornelli (Org.): *Representações da Cidade Antiga. Categorias históricas e discursos filosóficos* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/Grupo Archai, 2010).
8. Maria Cristina de Sousa Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (Coords.): *Sociedade, poder e cultura no tempo de Ovídio* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH/CEC/CH, 2010).
9. Françoise Frazier et Delfim F. Leão (eds.): *Tychè et pronóia. La marche du monde selon Plutarque* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, École Doctorale 395, ArScAn-THEMAM, 2010).
10. Juan Carlos Iglesias-Zoido, *El legado de Tucídides en la cultura occidental* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, ARENGA, 2011).
11. Gabriele Cornelli, *O pitagorismo como categoria historiográfica* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
12. Frederico Lourenço, *The Lyric Metres of Euripidean Drama* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2011).
13. José Augusto Ramos, Maria Cristina de Sousa Pimentel, Maria do Céu Fialho, Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Paulo de Tarso: Grego e Romano, Judeu e Cristão* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).

14. Carmen Soares & Paula Barata Dias (coords.), *Contributos para a história da alimentação na antiguidade* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
15. Carlos A. Martins de Jesus, Claudio Castro Filho & José Ribeiro Ferreira (coords.), *Hípólito e Fedra - nos caminhos de um mito* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
16. José Ribeiro Ferreira, Delfim F. Leão, & Carlos A. Martins de Jesus (eds.): *Nomos, Kosmos & Dike in Plutarch* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
17. José Augusto Ramos & Nuno Simões Rodrigues (coords.), *Mnemosyne kai Sophia* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
18. Ana Maria Guedes Ferreira, *O homem de Estado ateniense em Plutarco: o caso dos Alcmeónidas* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
19. Aurora López, Andrés Pociña & Maria de Fátima Silva, *De ayer a hoy: influencias clásicas en la literatura* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
20. Cristina Pimentel, José Luís Brandão & Paolo Fedeli (coords.), *O poeta e a cidade no mundo romano* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
21. Francisco de Oliveira, José Luís Brandão, Vasco Gil Mantas & Rosa Sanz Serrano (coords.), *A queda de Roma e o alvorecer da Europa* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2012).
22. Luísa de Nazaré Ferreira, *Mobilidade poética na Grécia antiga: uma leitura da obra de Simónides* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).
23. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & JoséLuís Brandão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. I – Dos saberes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 282 p.
24. Fábio Cerqueira, Ana Teresa Gonçalves, Edalaura Medeiros & Delfim Leão, *Saberes e poderes no mundo antigo. Vol. II – Dos poderes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 336 p.
25. Joaquim J. S. Pinheiro, *Tempo e espaço da paideia nas Vidas de Plutarco* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013). 458 p.
26. Delfim Leão, Gabriele Cornelli & Miriam C. Peixoto (coords.), *Dos Homens e suas Ideias: Estudos sobre as Vidas de Diógenes Laércio* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2013).
27. Italo Pantani, Margarida Miranda & Henrique Manso (coords.), *Aires Barbosa na Cosmópolis Renascentista* (Coimbra, Classica Digitalia/CECH, 2013).

28. Francisco de Oliveira, Maria de Fátima Silva, Tereza Virgínia Ribeiro Barbosa (coords.), *Violência e transgressão: uma trajetória da Humanidade* (Coimbra e São Paulo, IUC e Annablume, 2014).
29. Priscilla Gontijo Leite, *Ética e retórica forense: asebeia e hybris na caracterização dos adversários em Demóstenes* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).
30. André Carneiro, *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo. - Volume I* (Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, Classica Digitalia, 2014).